



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

MELÂNIA LIMA SANTOS

O ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
COMO FONTE DE PESQUISA: séries, tipologias e preservação documental.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016

MELÂNIA LIMA SANTOS

O ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
COMO FONTE DE PESQUISA: séries, tipologias e preservação documental.

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência de Informação da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito parcial
para obtenção do Grau de bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Profa. Ma. Glêyse Santos
Santana.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Melânia Lima

S237o O arquivo eclesiástico da paróquia Nossa Senhora da Vitória como fonte de pesquisa: séries, tipologias e preservação documental / Melânia Lima Santos ; orientadora Glêyse Santos Santana. – São Cristóvão, 2016.
76 f. : il. Color. ;

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Sergipe, Curso de Biblioteconomia e Documentação, 2016.

1. Arquivos eclesiásticos. 2. Manuscritos: conservação e restauração. 3. Paróquias – São Cristóvão (SE). 4. Registros de batismo, Crisma, Óbito, Casamento. I. Santana, Glêyse Santos. II. Título.

CDU 930.25

MELÂNIA LIMA SANTOS

O ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
COMO FONTE DE PESQUISA: séries, tipologias e preservação documental.

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência de Informação da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito parcial
para obtenção do Grau de bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

APROVADA: 14 de outubro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Glêyse Santos Santana (UFS)

Orientadora

Profa. Ma. Paula Barreto Dória Amado (UNIT)

Membro Externo

Prof. Ms. Júlio César Rocha da Silva (UFS)

Membro Interno

AGRADECIMENTOS

A meu Deus, por estar ao meu lado, dando-me forças para superar as dificuldades.

A meu marido Aldo pelo companheirismo, incentivo, carinho e amor dedicados a mim todos os dias.

A minha família (Marcos - pai, Selma - mãe, Ceça - irmã), por acreditar no meu potencial.

A meus amigos de Letras, Nara, Tiago, Adenilson, Telma e Ednalva por fazerem parte da minha convivência diária. Obrigada por tudo.

A minha orientadora, profa. Glêyse, pelo incentivo, pela oportunidade e pela paciência em ensinar os mistérios que permeiam os arquivos.

Ao professor Sandro Holanda, que se não fosse por ele o sonho de ser bibliotecária jamais se realizaria. Obrigada de coração!!.

Aos professores do Curso de Biblioteconomia, pelos ensinamentos da informação nas disciplinas.

Aos funcionários da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, ao Frei Rosenildo Alexandre de Souza e Avani por mais uma vez terem possibilitado o acesso aos documentos.

Aos professores da banca de defesa, pelas contribuições necessárias, para que este trabalho esteja de acordo com as normas acadêmicas.

Aos amigos da DIREED, Carlos, Mauri, Karol, Dulce, Giselle, Adriana, Fernanda, Hersila, Thaynara, Matheus, Pedro e Daniela pela força e confiança sempre acreditando no meu potencial.

Aos queridos funcionários da BICEN pela oportunidade de ter realizado o estágio mais maravilhoso e produtivo da minha vida acadêmica. Com vocês compreendi o verdadeiro sentido e função de um bibliotecário, por isso, muito obrigada a Jandira, Nairson, Augusto, Aline, Fábio, ao diretor, aos demais funcionários, bolsistas, terceirizados e servidores. Obrigada pelo carinho!!!

Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé.
(II Timóteo, 4.7).

RESUMO

Os documentos ao longo do tempo tornaram-se elementos fundamentais para a humanidade, enquanto instrumentos de divulgação das atividades das instituições sociais. Preservá-los significa manter vivos os testemunhos e fatos ocorridos na história de um povo e/ou instituição. Dessa maneira, esta monografia visa analisar a informação de arquivo paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão/SE. Para realizar o intento foram investigadas a estrutura do ambiente de guarda, as condições físicas dos documentos e livros componentes do acervo, quatro tipologias documentais que fazem parte do conjunto orgânico, além dos aspectos de preservação e conservação do referido material e as condições de acesso a ele. A metodologia se configura na análise de uma quantidade considerável de documentos manuscritos, procurando verificar as suas tipologias, compreendendo as finalidades pelas quais foram gerados, tendo em vista que a informação torna-se o elemento essencial ao homem, já que é ela a fornecedora do conhecimento. Os preceitos teóricos que embasam esta pesquisa prendem-se, por um lado, na análise tipológica documental, pelo viés da ciência arquivística, com conceitos abordados em Ramos (2015), Calderon (2013), Bellotto (2004; 2002), Paes (2004), Cassares e Tanaka (2008) e Martins (1996), os quais discutem a função dos arquivos, os tipos documentais, a concepção de documento e a informação de arquivo; bem como da história e sociologia, a exemplo de Le Goff (1982), Maurice Halbwachs (2006) no que tange à documentação e à manutenção da memória coletiva das sociedades.

Palavras-chave: Acervo paroquial. Análise documental. Informação de arquivo.

RÉSUMÉ

Les documents anciens sont devenus fondamentaux pour l'humanité, en tant qu'instruments de diffusion des activités sociales. Les préserver signifie garder le témoignage des événements et des faits vécus par un peuple. Ainsi, ce mémoire a pour objectif l'analyse des informations fichiers d'Église de Nossa Senhora da Vitória, située dans la ville de São Cristóvão-Sergipe. Pour y arriver, on a étudié la structure, l'ambiance et les conditions de conservation de ce recueil. La méthodologie appliquée se penche sur l'analyse de ces documents, en identifiant leurs typologies et les buts pour lesquels ils ont été écrits, à la lumière de la science archivistique. Par ailleurs, on a pris en compte les théories abordées par Ramos (2015), Calderon (2013), Bellotto (2002), Paes (1991) Cassares et Tanaka (2008) et Martins (1996), qui ont examiné le rôle des archives, aussi Goff (2010) et Maurice Halbwachs (2006) qui ont fondé la théorie de la mémoire collective des sociétés.

Mots-clés: Collection paroisse. Analyse de documents. Informations sur les fichiers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Paróquia Nossa Senhora da Vitória (SE).....	36
Figura 2 – Secretaria da paróquia Nossa Senhora da Vitória (SE).....	37
Figura 3 – Arquivo documental do fundo paroquial de Nossa Senhora da Vitória.....	37
Figura 4 – Estrutura dos livros	47
Figura 5 – Capa e parte interna de livro paroquial	48
Figura 6 – Livro de Crima, nº 04	52
Figura 7 – Registro de criança não legitimada - 1884.....	54
Figura 8 – Registro de filho de escravo ano 1861	54
Figura 9 - Fragmento do assento de Eduardo (ESCRAVO/CRIOULO).....	55
Figura 10 - Fólio 43Rº, livro 03 (LIVRE).....	56
Figuras 11 e 12 – Fólios 1rº, livro 04 (ÓBITO) e transcrição do recto.....	57
Figura 13 - Fólio 01, recto do Livro de Casamento nº 10	59
Figuras 14 e 15 – Processo de habilitação de casamento	60
Figura 16 – Ficha de casamento	61
Figuras 17 e 18 – Entrevistas aos noivos.....	62
Figura 19 – Certidão de habilitação.....	61
Figura 20 – Termo de casamento religioso com efeito civil	61
Figura 21 – Certidão de comparecimento.....	61
Figuras 22 e 23 – Certidões de batismo dos noivos	61
Figura 24 – Termo de adesão para celebração do matrimônio.....	61
Figura 25 – Certificado de curso para noivos.....	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1. Os Arquivos Religiosos	11
1.2 A importância dos arquivos religiosos no Brasil	13
1.3 A Matriz de São Cristóvão e seu arquivo	14
2 TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E OS ARQUIVOS RELIGIOSOS	17
2.1 Documento como registro da memória coletiva	17
2.2 Classificação dos documentos segundo a tradição	19
2.3 Tipologias Documentais	23
2.4 O desenvolvimento do controle documental católico	25
2.5 Os registros eclesiásticos no Brasil	27
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	30
4 TIPOLOGIAS DO ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ NOSSA SENHORA DA VITÓRIA	34
4.1 Tipologia documental eclesiástica	35
4.1.1 Registro de Batizado	38
4.1.2 Registro de Crisma	39
4.1.3 Registro de Óbito	39
4.1.4 Registro de Casamento	40
4.1.5 Processo de habilitação matrimonial	40
4.2 A informação de arquivo paroquial	41
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	45
5.1 Corpus	46
5.2 ANÁLISE DO CORPUS	50
5.2.1 Crisma	51
5.2.2 Batizado	53
5.2.3 Óbito	56
5.2.4 Casamento	58
5.2.5 Processo de habilitação matrimonial	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Esta seção tem como objetivo introduzir o problema de pesquisa, os objetivos: geral e específicos, a justificativa para realização desse trabalho e os antecedentes do problema de pesquisa. Nesse contexto, este trabalho intitulado *O Arquivo Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora da Vitória como fonte de pesquisa: séries, tipologias e preservação documental* tem nas fontes manuscritas de cunho eclesiástico da referida paróquia seu objeto de estudo.

Dessa forma, investigaram-se os registros constantes nos livros paroquiais do Arquivo da Cúria Paroquial da Igreja Matriz de São Cristóvão, município de Sergipe, visando apresentar as séries documentais nele presentes, com suas respectivas tipologias, destacando-se ainda nesse percurso, suas condições de preservação e, sobretudo, seu potencial informacional para fins de pesquisa.

Em visita ao local, percebe-se que diante de um acervo tão importante para diversas áreas do conhecimento, pouco foi explorado. Quanto à informação, ela carece de uma gestão efetiva diante dos padrões da gestão e preservação documental, para beneficiar os estudos possíveis de serem realizados neste acervo, bem como para preservá-lo.

Assim, de forma geral, este trabalho objetiva analisar as séries documentais do acervo da Cúria Paroquial da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, em São Cristóvão, no intuito de detectar em tais séries, as tipologias e seus possíveis usos como fonte primária de informação. De forma específica, buscar-se-á, realizar uma discussão acerca dos arquivos religiosos, evidenciando seu desenvolvimento no Brasil de forma a incluir o objeto da pesquisa em um cenário mais amplo; explicitar a tipologia documental formadora do fundo da Matriz São-Cristovense a partir de dois pontos fundamentais: os fundamentos da arquivística e os cânones da Igreja Católica; apresentar um diagnóstico e propor ações no sentido de otimizar a preservação e o acesso à informação contida nesse acervo.

Partindo do pressuposto de que os documentos se constituem em fonte inigualável de informação e por isso, possuem um valor inestimável para a humanidade, defende-se a ideia que a não intervenção do poder público para melhor salvaguardar este acervo, o levará à extinção e com isso boa parte da documentação religiosa do estado. Dessa maneira, esta pesquisa se justifica pela temática sobre acervos de

documentação primária, pois estes expressam as características e os valores de uma sociedade em determinada época. Para, além disso, os arquivos religiosos retratam os meios utilizados pela Igreja e pelo estado para dar uniformidade aos costumes e normas legais da sociedade brasileira. Tal temática não é de fácil acesso, pois, no Brasil a custódia documental dá direitos àquele que guarda. Dessa forma, ter acesso aos documentos de um arquivo religioso não é tarefa fácil, pois está sob a jurisdição da Igreja Católica enquanto instituição. Contudo, são verdadeiros tesouros para os pesquisadores e para aprofundar a discussão acerca do desenvolvimento de nossa sociedade.

Por outro lado, a compreensão moderna acerca do documento e seu valor informacional justificam trabalhos que buscam estudar o universo dos arquivos, pois a partir deles, se pode ter uma visão do funcionamento orgânico de uma instituição. Um estudo de tal natureza mostra-se necessário no âmbito das pesquisas em Ciências da Informação, pois, a preservação e a possibilidade de acesso a essas informações, trazendo à luz documentos de grande valor em várias dimensões do conhecimento humano é função desta área do conhecimento.

Assim, sendo a pesquisa um processo de questionamento, as questões norteadoras deste trabalho são: quais as séries e tipologias documentais presentes no acervo documental da Paróquia Nossa Senhora da Vitória em São Cristóvão/SE? quais as condições do acervo e que ações estão sendo efetivadas para a preservação de tal arquivo? que usos tais tipologias documentais podem propiciar para a pesquisa em nível local e/ou nacional?

1.1. Os Arquivos Religiosos

A Idade Média marca o uso de regras dos arquivos da administração da Igreja Católica. Neste período, os documentos, segundo a Arquidiciocese de Setúbal (2016), foram salvaguardados pelas igrejas e mosteiros. Mas no século XV, com o crescimento das cidades começam a transformar tanto a história quanto a atividade arquivística. Porém, os arquivos eclesiásticos sempre existiram e são essenciais para o resgate da memória das ações desenvolvidas pelas paróquias em suas comunidades religiosas.

No séc. XV, em Portugal as igrejas utilizavam as Constituições Diocesanas de Lisboa, tendo em suas normas a obrigatoriedade da organização documental e do registro das ações de todas as paróquias. As Constituições mais adiante foram reformuladas, incluindo-se que em todas as Igrejas Católicas deveriam possuir “um livro que se conservaria no tesouro da Igreja e no qual, se inscreveriam os batismos e os óbitos” (ARQUIDIOCESE DE SETÚBAL, 2016, p.1).

Esses arquivos começam a ter importância em diversos lugares, entendendo-se a Portugal e ao Brasil. Até meados do séc. XIX guardavam-se documentos de caráter primário, com valor jurídico-administrativo, pois estes representavam os registros civis. No final do séc. XIX, Portugal cria novo Código para o Registro Civil, sendo regulamentado pelas Conservatórias do Registro Civil Português (BASSANESI, 2011).

Maria Silvia Bassanezi (2011, p.146) afirma ainda que os registros paroquiais de batizado e matrimônio eram feitos por dioceses européias já no séc. XVI, “seguindo as decisões do Sagrado Concílio de Trento (1545-1563), que determinava a obrigatoriedade e padronização dos registros paroquiais”. Assim, os assentos paroquiais se dividem em livros, tendo a denominação: *Livro de Tombo*, *Livro de Batizado*, *Livro de Casamento*, *Livro de Crisma* e *Livro de Óbito*. Estes são acervos que permitem compreender a vida das sociedades, como é o caso do Brasil. Isto porque, “antes da legislação civil estes documentos eram privilegiados como os únicos oficiais”. Essa forma simboliza a força do catolicismo português aqui enraizado, além de oferecer uma visão da importância dos registros (IZABEL JÚNIOR, 2012, p.54).

De todos os livros, é o de tombo que merece destaque, já que nele estavam assinaladas as principais atividades do cotidiano das sociedades, assentados nas “atas” paroquiais e registrando os testamentos.

Atualmente, os arquivos religiosos de forma geral se baseiam tanto no Código de Direito Canônico quanto pela legislação diocesana de cada circunscrição. A riqueza de informações que os contêm nos assentos demonstra a preciosidade que tais documentos apresentam nas mais diversas áreas do saber.

O Arquivo Paroquial é um patrimônio da igreja que tem o caráter administrativo, comprovando questões que muitas vezes envolve a justiça.

Ao observá-los, nota-se a maneira como as sociedades foram se estruturando, ao mesmo tempo em que estes possibilitam compreender as relações e os símbolos que os caracterizam em determinadas épocas. Tal fato decorre da necessidade do homem em documentar todas as suas ações e a importância de preservar “vivos”

esses fatos é essencial para manter intactas as informações, que contém aspectos culturais de um grupo social. Por tal razão, as informações dos arquivos, ganham um peso maior. Tal peso recai na questão dos manuscritos, sobretudo, para tempos históricos mais recuados. Dessa forma, realizando análise documental em registros antigos revela seu contexto histórico, seu universo linguístico, suas ideologias, seus símbolos, suas preferências, ao tempo em que são fontes de informação. Tal afirmativa pode ser reforçada por Vera Acioli (1994), ao lembrar que

[...] o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. É indiscutível que ele proporciona recursos inestimáveis ao historiador, representando o melhor testemunho do passado, fonte direta de informação (ACIOLI, 1994, p.1).

Mas não somente o historiador é contemplado com tais acervos. Eles são fontes de informação para várias áreas do conhecimento, a exemplo da sociologia, ciência da religião, ciência da informação, arquivística, dentre outras. Assim, percebe-se a grande importância que os manuscritos religiosos possuem para o entendimento da história da humanidade e, por isso, são considerados bens preciosos, pois trazem à tona o legado proveniente de outras gerações, guardando os fatos e a memória de um povo e, ao mesmo tempo, possibilitando conhecer a organização das sociedades, explicando os fenômenos sociais (CORUJEIRA, 1971).

1.2 A importância dos arquivos religiosos no Brasil

Em meados do séc. XVI, o Estado português juntamente com a Igreja Católica revisava as atividades de colonização no Brasil. Com as grandes navegações novos conquistadores também vieram, estando com eles a Igreja que auxiliava na tarefa de aculturação dos povos. Por isso, entende-se que a conquista do Brasil está simbolizada na cruz e na espada. Dessa maneira, observa-se que para colonizar o Brasil, a função do estado de unir-se a igreja condicionar os nativos numa visão de civilização portuguesa.

A igreja, nesse contexto, buscava estender sua influência e domínio, realizando esse intento por meio da educação. Controlada pelo Estado, ela se fixou no Brasil, controlando os costumes, organizando a vida das comunidades. Em nome de Deus, ela forçava a ‘doação’ de bens e incorporou o catolicismo como religião oficial. Ao espalharem-se pelo interior do Brasil, ela conseguiu construir os primeiros arquivos.

Dessa forma, sendo ela, a instituição mais antiga do Brasil, por séculos seus documentos tornaram-se importantes no âmbito nacional na pesquisa social (PINSKY, 2006).

Para alguns pesquisadores, os documentos católicos são o principal repositório dos registros no país. Isso é devido à maioria da comunidade ser católica e está com os nomes registrados em livros paroquiais. Há casos que a identificação de um indivíduo era realizada mediante carta batismal, contendo o nome dos pais e padrinhos, servindo de documento oficial (WEHLING, 1994).

1.3 A Matriz de São Cristóvão e seu arquivo

Esse estudo se concentra no Arquivo Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Vitória, na Cidade de São Cristóvão. A fundação dessa Igreja, que faz parte do casario histórico tombado da Praça São Francisco da cidade de São Cristóvão, em Sergipe, remete a 08 de setembro de 1608 e completou recentemente 408 anos de existência.

Segundo Eliane Carvalho (1989), esse monumento religioso teve sua construção decretada pelo rei de Portugal, com a finalidade de funcionar como sede administrativa, cuja autoridade deveria ser exercida por um bispo, sob a responsabilidade dos padres jesuítas. Sua estrutura física apresenta traços e manifestações da cultura portuguesa incrementada de elementos do neoclassicismo. Até o presente momento, manteve sua forma original, demonstrando bom estado de conservação, pois foi restaurada há pouco tempo.

Já a fachada frontal da Matriz Nossa Senhora da Vitória, expõe cinco janelas pequenas, cinco portas e três colunas, sendo duas delas caracterizadas como torres sineiras de alta estatura nas laterais, com azulejos brancos cravejados, com dois galos portugueses sobre elas e uma coluna de menor estatura no centro. Nas torres estão suspensos dois sinos e, na torre lateral direita, foi colocado um relógio. A coluna do meio tem um frontão¹ triangular em forma de volutas² ao redor e, acima dele, uma cruz de ferro (CARVALHO, 1989).

¹ O frontão é um formato triangular colocado nas fachadas dos edifícios e igrejas, sua estrutura se divide em três partes: Cimalha (base) e Empenas (os dois lados que a envolvem) (HOUAISS, 2001).

² As volutas são um tipo de ornamentação em forma de espiral. Foram bastante utilizadas na Antiguidade Clássica (CARVALHO, 1989).

Já a parte interna, também, encontra-se em bom estado de conservação. O chão é revestido de azulejos, as paredes foram pintadas nas cores brancas e azuis, tendo um altar-mor todo em ouro. Tanto a igreja quanto o seu acervo documental foram tombados em 1943, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (PASSOS, 2002).

Para Ivan Aragão (2015, p.1), as igrejas mais antigas, “são percebidas como monumentos de identidade, suportes de memória, patrimônios de culto e atrativos turísticos”. Por esse motivo, torna-se interessante notar em toda a estrutura os detalhes e símbolos que representam um momento histórico.

A importância dessa paróquia centra-se no seu valor histórico, pois ela desenvolveu importante papel no crescimento e organização da comunidade sergipana, além de ser a primeira matriz do estado de Sergipe e possuir um acervo informacional para estudos acerca da história de Sergipe, sobretudo, entre os períodos: Colonial e Imperial.

O referido acervo está localizado na secretaria paroquial, que está instalado ao lado da Igreja Matriz, que segundo informações da primeira secretária, Dona Plácida Bastos, toda a documentação foi levada para este recinto antes de 1959 e ficaram sob a guarda dos párocos. O fundo reúne um conjunto de livros e documentações manuscritas de assuntos variados, classificados em: livros de batizado, casamento, óbito, crisma, tombo; documentos avulsos como mapas populacionais, cartas oficiais, processos de casamentos etc. No caso dos livros, o quantitativo soma sessenta e um (61), sendo: quarenta e dois (42) de batismo, doze (12) de casamento, quatro (04) de óbito, um (01) de crisma e dois (02) de tombo. A guarda deste material está a cargo da administração paroquial.

A preservação desse conjunto documental é essencial não apenas no sentido cultural, mas, para se compreender o funcionamento de uma instituição e os motivos que a levaram a produzir tais materiais. Isto, pois, os monumentos históricos e seus bens materiais representam o passado, os costumes e a história das civilizações, mesmo que sejam incrementados novos elementos em suas estruturas ou passem a desempenhar novos papéis. Dessa forma os documentos são também conhecidos por monumentos (LE GOFF, 1982).

Dito isto, a seguir, são discutidos os tópicos referenciais que embasam este trabalho, cujo teor traz à tona o documento paroquial como fonte primária, sua diversidade tipológica, apresentando a sua classificação segundo a tradição, em suportes

manuscritos e impressos. Ainda será abordada a questão dos acervos religiosos no Brasil e de que forma se dá o acesso ao material controlado pela igreja; além de mostrar a importância que estas documentações manuscritas têm para a humanidade, já que são instrumentos que guardam a memória social.

2 TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E OS ARQUIVOS RELIGIOSOS

Sabe-se que a escrita foi a maior propagadora da história e do conhecimento sobre as sociedades. As informações são difundidas através do tempo graças às representações das palavras, que carregam seus signos e significados. Já os documentos, instrumentos que contêm os dados das ações dos homens, podem apresentar em sua estrutura uma diversidade de textos e é sobre essa variedade que se volta à atenção deste capítulo, dando enfoque aos que estão sob a guarda administrativa das paróquias, cujos conteúdos abordam as temáticas: batismo, casamento, óbito e crisma. Essas tipologias por estarem em locais pouco acessíveis e por serem, em sua maioria, materiais únicos são considerados de caráter primário.

Assim, nessa seção, daremos ênfase a essas tipologias e seu conteúdo informacional. Apresentar-se-á os tipos textuais e sua classificação, demonstrando a importância da conservação e políticas de preservação dos materiais e, consequentemente, da informação.

2.1 Documento como registro da memória coletiva

A sociedade contemporânea busca conhecer e entender a história das civilizações, suas tradições, crenças e costumes, através de materiais/suportes que registram e documentam, permanentemente, os fatos e ações produzidos pelos homens em determinado período histórico. Porém, conservá-los não é uma tarefa fácil e simples, uma vez que muitos se perdem no tempo e no espaço.

Os suportes documentais se tornaram ferramentas fundamentais no quesito informacional, pois, desde o surgimento da escrita, eles se tornaram testemunho de toda atividade humana e fontes inesgotáveis de conhecimento. Mas, devido à necessidade de manter salvaguardados os bens históricos e culturais de um povo, bem como a preocupação inevitável de reunir e conservar suas atividades políticas, econômicas e religiosas, o homem compreendeu o valor dos documentos e passou a guardá-los em arquivos (MILEVSKI, 2004).

O arquivo, segundo Marilena Paes (2004), é definido como:

[...] a ordenação dos *documentos*, em sua maioria, *textuais*, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro (PAES, 2004, p. 16).

Dessa maneira, o valor do documento não se restringe apenas à função jurídico-administrativa. Mas, se refere também ao seu valor cultural, visto que o documento se tornou um instrumento relevante para o entendimento histórico-cultural (SCHELLEMBERG, 2006).

Para identificar, definir e conhecer o “documento” faz-se necessário verificar a sua proveniência, lugar e instituição de origem, para em seguida ordenar a categoria e o tipo a que pertence o conjunto documental, podendo este apresentar caráter público ou privado. Mas, para defini-lo, deve-se compreender o verdadeiro sentido do seu termo, que em sua base latina *documentum*,ⁱ remete ao “ensino, lição, aviso, advertência, modelo, exemplo, indício, sinal, indicação, prova, amostra, prova que faz fé, documento” (HOUAISS, 2001).

De forma geral, o documento pode ser entendido como toda espécie de escrita representada em diversos tipos de suportes, contendo informações também de toda espécie, sendo o conteúdo, o elemento mais importante, pois é ele que caracteriza os tipos documentais e define a sua estrutura. No conteúdo dos suportes, o entendimento da mensagem ali contida só será possível se levar em conta os seus elementos formais, dessa forma, pode-se apresentar os fatos, o contexto situacional, que estavam subtendidos. Já as espécies documentais de um arquivo se apresentam de forma peculiar. Não representam uma coleção, pois são provenientes de instituições ou pessoa física e retrato de suas ações e história (BELLOTTO, 2002).

Os suportes documentais por sua vez, registram as informações transmutadas em ações, exercidas por organização ou pessoa, no decurso da vida (PAES, 2004). Contudo, muitos acervos no país carecem de cuidados e maior atenção por parte do poder público e privado. Por tal razão, salvaguardar um bem documental é evitar que a memória social e coletiva ali registrada seja perdida, levando-se em conta fatores químicos, físicos, biológicos e humanos que podem contribuir para sua total destruição. Para Norma Cassares e Ana Paula Tanaka (2008),

A perda de bens históricos e culturais se dá por diversos fatores, cujas ações colocam em risco a permanência desses bens, de tal forma que lhes comprometem a integridade física e funcional. Incluem-se nesses fatores os fenômenos naturais, ações do homem, as guerras, entre

tantos outros. Muitos destes levaram para sempre bens que testemunharam culturas, costumes e crenças deixados pelos nossos antepassados (CASSARES E TANAKA, 2008, p.35).

Sob o ponto de vista da história, o documento também pode ser considerado um monumento. Isso está ligado ao fato de a história, disciplina que investiga o passado da humanidade, ser uma fonte de informação que traz à tona a memória coletiva; o legado de um povo, utilizando-se de materiais (documento e monumento), para se imortalizar (LE GOFF, 1982). Mas também pertinente a Ciência da Informação, pois um de seus aspectos é a discussão acerca da preservação e acesso aos documentos, fonte de conhecimento das sociedades em geral.

Nesse sentido, preservar a memória coletiva é um fator fundamental para a manutenção da história, revelando as relações sociais do homem através dos registros nos mais diferentes suportes. Jacques Le Goff (1982) esclarece que o documento também é tido como monumento, ou seja, serão conhecidos como uma coisa só, devendo-se a isso, à intenção de quem os produziu. Para ele, tanto o monumento quanto o documento são considerados testemunhos, mas a transmissão pode se processar no primeiro caso, de forma oral e, o documento escrito, por tal característica se constitui mais legítimo e confiável. O autor ainda afirma que,

[...] O documento não é uma mercadoria investida do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que nela detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro [...] e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. (LE GOFF, 1982, p. 112).

O documento, por conseguinte, tornou-se um instrumento de prova para um fato ocorrido em um dado período, para fundamentar o conhecimento acerca das sociedades e esse conhecimento e a lembrança são caracterizados como sendo o monumento. Então, todo documento é transformado em monumento pela história (LE GOFF, 1982).

2.2 Classificação dos documentos segundo a tradição

Nos primórdios da organização humana, os seres humanos utilizavam-se da comunicação oral para traduzir seus pensamentos e emoções, que ficaram armazenadas

apenas na memória, contudo, com o surgimento da escrita, essas memórias puderam ser recuperadas por meio de registro. Isso foi importante, pois as informações poderiam ser consultadas a qualquer tempo. Mas, o homem logo descobriu que para tanto necessitavam de locais de guarda e ações para preservá-los.

Sabe-se que os primeiros textos escritos surgiram na Antiguidade, posteriormente à evolução da escrita. Da necessidade de expressar e registrar seus atos, o homem foi desenvolvendo técnicas, elaborando suportes e utilizando instrumentos para a escrita. Nota-se que os materiais utilizados na escrita constituem-se de elementos encontrados na natureza, como a pedra, a argila, os panos, o papel (COJUREIRA, 1971).

Com o passar do tempo, diversos suportes foram criados, a escrita e o alfabetismo começaram a se desenvolver no decorrer de muitos séculos, até o surgimento e desenvolvimento da imprensa no século XV, criando um novo tipo de registro da informação, o impresso. A partir dessa revolução, os documentos, ganharam uma nova classificação em relação a sua tradição: impressos e manuscritos.

Os manuscritos, como já afirmado, têm sua origem na Antiguidade, sendo por definição a maneira de escrever com a mão, não importando o material e os instrumentos utilizados na escrita. São considerados manuscritos, todo tipo de inscrições, de variados suportes e conteúdo. Mas, essa cultura trouxe benefícios, sendo um deles, como já afirmado, o homem memorizar e documentar suas ações, suas expressões, suas ideias, podendo comprová-las e posteriormente servir-lhe de consulta, pois o documento possui a função de informar e transmitir conhecimento (FERREIRA; SANTANA, 2006).

Na questão social, vale salientar que o domínio da escrita sempre esteve ao alcance de poucos: os mais afortunados, de classe social privilegiada, como, por exemplo, os filósofos na Antiguidade Clássica e os monges do alto clero na Idade Média. Tanto nos centros de leitura como nas abadias esses manuscritos se tornaram ricas fontes de informação (MAIA, 2002).

Os documentos manuscritos sejam eles, de que natureza material forem, por exemplo, uma simples folha de papiro ou um magnífico livro medieval, trazem à tona as lembranças adormecidas de instituições e/ou pessoas, transmitindo informações, ressuscitando a cultura destes agentes, revelando os modos e relações sociais de um tempo, de uma sociedade. Mas esses aspectos são percebidos graças aos elementos formais extrínsecos e intrínsecos contidos no texto. A forma da escrita, o tipo de

suporte, a datação, o tipo de instrumento usado na inscrição podem determinar em que período histórico ele foi produzido, o contexto discursivo, a instituição ou pessoa que o produziu, sua confiabilidade e veracidade (MAIA, 2002).

Evolutivamente, os instrumentos usados para escrever acompanharam os seus suportes, mas sua escolha dependia do material. Os suportes mais conhecidos são: o papiro, pergaminho e o papel. Quanto à sua estrutura, estes materiais estão classificados em flexíveis: o papiro, por exemplo, recebia inscrição por penas. De acordo com Wilson Martin (1996), cada material teve sua manifestação, seu período de serventia, como os desenhos nas cavernas, antes da origem da escrita e, depois do surgimento desta, as palavras, conseguindo, dessa maneira, manter perpetuamente os sentimentos e o conhecimento humanos.

O papiro, um tipo de planta muito cultivada às margens do Rio Nilo, no Egito foi muito utilizada, segundo diz Lindaurea Conjureira (1971), pelos gregos e egípcios para confeccionar tiras, formando tábuas, depois em folhas enrolando-as em uma vareta para formar os rolos, em que eram escritas as informações. Foi um suporte consumido em muitas partes da Europa e pelos povos mais antigos, chegando à escassez em meados do séc. XII. Ele foi um grande concorrente de outro material, o pergaminho, sendo substituído por este posteriormente. O preparo deste consistia na retirada da pele de animais, misturando-o à substância química, alume, formando folhas. O nome pergaminho alude a Pérgamo, antiga cidade grega. Foi bastante utilizado pelos povos antigos desde o séc. III a.C., sendo também muito empregado pelos monges até o séc. XV. Era material muito caro; para reutilizá-lo, os monges realizavam uma raspagem, dando início ao processo, que ficou conhecido como *palimpsesto* (MARTINS, 1996).

Finalmente, a primeira versão do papel surgiu de um experimento do chinês, T'ai Lun³, que utilizou fibras vegetais e trapos de pano para conseguir o novo produto. Ao que tudo indica, as técnicas usadas por Lun lembram as utilizadas com o papiro. Após a sua descoberta, o papel, por ter um custo inferior ao pergaminho, foi introduzido na Europa, graças aos árabes, estendendo-se por diversas regiões do mundo (COJUREIRA, 1971).

³ Segundo Lindaurea Cojureira (1971), Lun foi um funcionário da Dinastia Han. Misturando a casca de amoreira, o bambu e água, deixando-os escorrer, ele percebeu que depois de seco havia formado uma superfície que se podia escrever. Apresentando a técnica ao Imperador, em 105 d.C., a partir daí ficou conhecido como o inventor do papel.

Quanto à maneira de escrever com a mão e sua tradição, desde sua origem foi evoluindo e consagrando-se fortemente na Idade Média, quando o *scriptorium*⁴, local onde os monges se dedicavam em preparar os materiais para receber as inscrições e neles faziam cópias de textos, de livros, em sua maioria, obras clássicas e a Bíblia. De posse dessas obras, os copistas, como eram conhecidos os monges, elaboravam também as glosas, uma espécie de cópia, cujo formato consistia numa lista de palavras, sendo retiradas dos textos bases, podendo estar escritos em língua grega e em língua latina (MARTINS, 1996).

A finalização dos trabalhos se dava com as traduções de parte das obras para o vernáculo. A maneira de escrever à mão perdura até a atualidade, porém, notou-se uma descontinuidade da prática, pois com o advento da tipografia e da invenção da imprensa (MARTINS, 1996). Assim, a tradição manuscrita entrou em decadência com o surgimento da imprensa, no século XV, por Gutenberg. Segundo Gil Maia (2002)

A era pós-Gutenberg trouxe consigo, para além do primado do texto escrito sobre o imagético, uma certa rigidez mecânica da mancha do texto impresso onde a liberdade criativa dos antigos documentos manuscritos se foi perdendo e onde nos habituamos a equacionar as questões tipográficas de corpo, espaçamento, condensação e entrelinhamento com as de legibilidade (MAIA, 2002, p. 01).

Entende-se daí, que a cópia manuscrita era considerada um processo que demorava, pois tinha-se bastante cuidado de quem fazia e o custo era elevado. Dessa forma, com a invenção da imprensa, em 1440, por Gutenberg⁵, os livros e documentos foram sendo produzidos e copiados com maior rapidez.

A imprensa foi pensada com a finalidade de produzir um número maior de livros, pois segundo Martyn Lyons (2011, p.55), “a procura foi crescente”. Essa procura se deve ao fato de a prensa ser uma opção mais barata, sendo o papel, o material com maior custo até o século XVIII. Outro fato interessante e importante para a história da imprensa se deve ao fortalecimento das línguas. Sobre isso, afirma Martyn Lyons (2011, p.55), que “apesar de alguns aspectos da produção de livros terem continuado iguais aos da época dos *scriptoria*, a imprensa trouxe um potencial de produção mais rápido e encorajou a padronização das grandes línguas da Europa”.

⁴ “Os *scriptoriums* eram oficinas dos mosteiros e abadias onde os copistas se dedicavam à cópia de livros, à iluminura e à encadernação de livros. [...]. Também desempenhavam a função de secretariado, pois era lá que se redigiam cartas, documentos jurídicos, correspondência, etc.” (MAIA, 2002, p. 10).

⁵ Johannes Gensfleisch Zur Laden Zum Gutenberg foi um alemão que viveu em Mogúncia. Gutenberg concebeu a ideia de utilizar móveis para o fabrico do livro, cuja técnica foi o “molde” (LYONS, 2011).

A imprensa ou a máquina tipográfica deu grande contribuição à cultura ocidental, pois foi através dela, que o conhecimento foi transmitido pela Europa, principalmente, no período Renascentista, ganhado força, com a criação das universidades. A escrita foi de domínio da igreja e dos ricos nobres. Entretanto, com a imprensa esse privilégio foi concedido paulatinamente, a mais pessoas no interior da sociedade. No século XVI, já havia mais de 14 milhões de livros produzidos por essa tecnologia (MARTINS, 1996).

Assim, o documento tanto manuscrito quanto impresso, por sua especificidade material e a depender do período em que foi escrito, pode sofrer ao longo do tempo um processo de degradação, a saber: o envelhecimento do material, que ocorre de modo natural e muitas vezes pode também estar atrelado a má conservação; a ocorrência de fenômenos naturais como incêndios; intervenções de restauro e de conservação feitas de modo inapropriado e, os agentes biológicos como os insetos, todos estes contribuem para a redução dos materiais, tornando-os bastante frágeis e muitas vezes, inacessíveis. Quando a degradação ocorre em um dado acervo é fundamental que se tome iniciativas no que se refere à preservação, pois, só assim será possível zelar pelo bem patrimonial e prolongar a sua vida útil dos materiais de registros e, conseqüentemente, da informação (MARTINS, 1996).

2.3 Tipologias Documentais

Na atualidade, as sociedades tentam compreender a história dos seus antepassados e suas tradições por meio de instrumentos/suportes, fruto das atividades exercidas pela humanidade. Os suportes se tornaram fundamentais, pois, mesmo antes da invenção da escrita, os sujeitos necessitavam demonstrar suas experiências, e dessa forma, esses materiais, são também, fontes de conhecimento (BELLOTTO, 2002).

Alguns materiais podem apresentar, em sua estrutura, aspectos frágeis, por isso, ao longo do tempo, mantê-los conservados tem sido uma atividade muito difícil, uma vez que muitos se perdem no tempo e no espaço. Entretanto, o homem entendeu a riqueza dos documentos e se preocupou em mantê-los a salvo, guardando-os em arquivos.

O arquivo pode ser conceituado como o ambiente em que os documentos são tratados, ordenados, classificados e avaliados. Segundo Marilena Paes (2004) os

documentos são instrumentos produzidos por pessoas, instituições, enfim, pelas sociedades, sendo preservados com o intuito de dar continuidade aos objetivos pelos quais foram criados. Dessa forma, a função que um arquivo está ligada ao que ele pretende cumprir, que em muitos casos, refere-se à guarda de documentos históricos. Assim é o caso dos arquivos paroquiais, arquivos da igreja católica, cuja preservação se dá tanto pelo seu valor histórico como pelo caráter oficial que estes apresentam.

A oficialidade que os suportes documentais apresentam advém da função que eles demonstram, pois devem cumprir o propósito da sua proveniência, que no caso dos arquivos paroquiais, podem ser classificados em públicos, jurídicos e privados. Cada documento apresenta um padrão de escrita que os diferencia e os identifica (BELLOTTO, 2002).

Para identificar a oficialidade de um documento, ele deve apresentar assinaturas, selos, carimbos etc. eles também podem ser reconhecidos como jurídicos, o que dependerá do conteúdo apresentado. Já os privados podem ter sido criados por diversas circunstâncias e por pessoas anônimas, mas suas características podem ser variadas (BELLOTTO, 2002).

A questão da proveniência é um passo essencial para a definição tipológica dos documentos, pois dessa forma, se podem identificar quem ou qual a instituição é geradora e assim, definir sua categoria e sua espécie. No caso desta pesquisa, os documentos investigados são os registros paroquiais: batizado, casamento (livro e processo), óbito e crisma. Todos com características oficiais, pois a Igreja Católica por muito tempo simbolizou a estrutura governamental do Brasil.

Nota-se que a referida documentação, que se encontra sob a guarda da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, apresenta uma variedade tipológica, mas no mesmo formato de suporte - o livro -, com exceção do processo de casamento, que trata apenas de formalidades antes da realização do ato religioso do casamento.

Cada tipologia atendeu e atende uma necessidade, cujos dados serão essenciais para diferenciar e identificar o tipo textual. Por isso, o conteúdo e assunto são os elementos mais importantes que definem os padrões textuais. Dessa forma, segundo traz Heloísa Bellotto (2002), os documentos são considerados por sua forma e conteúdo como

[...] uma união indissolúvel entre informação/informações e suporte,
[...] a informação tem seu texto presidido por um “modelo”. Por isso
mesmo ele vem veiculado na espécie documental, que molda o texto

segundo a sua natureza e a categoria do conteúdo que se quer transmitir (BELLOTTO, 2002, p. 22).

Conhecer a classe a qual pertence determinado documento é fundamental para a análise tipológica realizada neste trabalho. Os livros e documentos produzidos nas paróquias durante muito tempo serviram como único registro oficial e foram através deles que as pessoas podiam comprovar, por exemplo, seu nome, suas posses, suas ações.

As paróquias, por sua vez, desempenhavam a função de tabelionato, no Brasil, desde o período Colonial até final do século XIX. Diante disso, entende-se que esse material tem grande valor para a sociedade brasileira, pois conta a sua história e se identifica como uma fonte de informação.

2.4 O desenvolvimento do controle documental católico

Durante a Idade Média houve diversas lutas, com conseqüência a destruição de muitas cidades, a segregação da organização política e a promoção da igreja, tendo o poder centralizado nos três pontos: espiritual, político e cultural. Com essa ascensão da igreja com ela subiram os nobres com seus cargos, fazendo com que a igreja enriquecesse e multiplicasse seu patrimônio. Porém, para a área arquivística esse período não foi bom.

Na primeira fase da Idade Média, a Arquivística progrediu de forma inesperada suas funções, pois nesta fase as pessoas diminuíram suas atividades escritas, o que culminou também com a redução dos arquivos (SILVA, 1999).

Para José Abreu (*apud* ROSA, 2000, p.30), o arquivo “suruiu a partir do século IV, a partir do qual se encontram testemunhos sobre a conservação do patrimônio dos arquivos”. Ainda informa o autor que o primeiro arquivo religioso católico surgiu no período de regência do Papa Dâmaso I (305-384), na Basílica de São Lourenço, sendo transferido mais tarde para a Basílica de São João de Latrão (SILVA; BORGES, 2009). Entretanto, a existência de registros em arquivos como este, informa que a organização desses arquivos remete, pois, ao período em que o catolicismo oficialmente tornou-se a religião oficial. Segundo Ana Aparecida Silva e Jussara Borges (2009) citando Santos (2005) diz que

a prática de depositar documentos de natureza civil em entidades religiosas católicas se devia ao alto nível de organização da mesma naquela época. A partir de então é atribuído lentamente o caráter de fé pública aos atos privados da Igreja; consequentemente, os arquivos da Igreja também passam a responder como instrumento de tutela de direitos e do ordenamento civil e eclesiástico (SILVA; BORGES, 2007, p. 41 apud SANTOS, 2005, p. 45).

Os arquivos eram guardados nas paróquias, mas seu acesso se restringiu a alguns poucos membros do clero. Os mosteiros possuíam uma quantidade significativa de documentos em seus arquivos, sendo denominados de “arquivos eclesiásticos”. Esses arquivos ficavam sob a guarda dos monges. De posse desse material, os monges realizavam consultas e através das informações ali obtidas puderam obter riquezas, entre outras coisas. Nos mosteiros também se guardavam os títulos de propriedades, tendo certa organização, criando-se o modelo custodial⁶. Essa atividade foi mantida por muito tempo, encerrando-se no séc. XIII quando a igreja católica introduz em seus templos a obrigatoriedade dos registros. Estes eram feitos em livro, fazendo-se cópias a ser encaminhadas às *Chancelarias*⁷. Nesse período, a administração religiosa consistia em seções, tendo já funcionários arquivistas obdecendo a normas (REIS, 2012).

Em meados do séc. XIV, surgiram pela Europa os arquivos centrais, sendo importantes para a ciência arquivística, realizando a descentralização documental desses centros informacionais, aparecendo os *Cartórios Concílios*⁸ e novas tipologias documentais (REIS, 2012). No séc. XVI com a criação da Constituição *Sollicitudo pastorallis* os arquivos seguem uma nova regulamentação. Neste período surgem os arquivos públicos na Europa.

⁶ O modelo custodial é um sistema de guarda e gestão documental dos arquivos. Esse sistema chegou ao Brasil em meados do século XIX. (ARAÚJO, 2013).

⁷ As chancelarias funcionavam como sede administrativa do governo das principais cidades. Surgiram desde a Antiguidade clássica e eram chefiadas pelos chanceleres. Como as chancelarias faziam parte da gestão administrativa, eram nestes lugares, onde se oficializavam as leis, “lugar onde se selam certos atos”. (HOUAISS, 2001).

⁸ Os cartórios são lugares, repartições administrativas cuja função é a oficialização e preparação de documentos. Já os “cartórios concílios” se referem à jurisdição territorial dominada por uma diocese ou arquidiocese. (HOUAISS, 2001).

2.5 Os registros eclesiásticos no Brasil

Chega ao Brasil, no séc. XVI, o primeiro bispado, mas somente no ano de 1707 o concílio se reúne para estabelecer normas que ficou conhecida como as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que teve como base a Constituição do Arcebispado de Lisboa (REIS, 2012).

Desde a época do descobrimento do Brasil, que já se notava a presença dos sacerdotes católicos, pois eles acompanhavam os colonizadores e donatários das Capitanias Hereditárias. Em 1549, com a chegada dos jesuítas se inicia o começo da atividade religiosa organizada na colônia. Dessa data até 1759 (ano da expulsão), os jesuítas que fizeram memoráveis trabalhos educacionais e missionários, especialmente com os povos indígenas, dominaram e influenciaram a vida dos sujeitos na colônia.

No Brasil, segundo Arno Wehling (1994), a estrutura da Igreja Católica tinha dois segmentos: o clero secular e o clero regular. O secular estava ligado às paróquias, sendo a força coesiva mais importante na vida brasileira que perdurou por muito tempo. Já o regular era formado pelos arcebispos e bispos. A igreja católica foi dirigida por bispos, párocos e algumas ordens religiosas. Como se observou, a religião católica representava os interesses da Coroa portuguesa, sendo controlada por ela através do Sistema de Padroado⁹. Esse controle só podia ser realizado por meio de documentos enviados e recebidos do bispado, na capitania da Baía de Todos os Santos, o que teve início na colônia depois que nela foi instituída uma diocese, em 1551. Antes dessa época, toda a documentação eclesiástica era enviada ao arcebispado de Lisboa.

A investigação acerca dos registros tem suscitado muitas inquietações, pois estes são tidos como testemunhos que apresentam e servem de prova dos fatos passados. Por esse motivo, seu valor é inestimável para a humanidade, já que são classificados como fontes de dados para o conhecimento e a história. O registro tem por base *regis* (que remete a rei), tendo, portanto, sua origem ligada às ações do comando real. É um termo oriundo do latim *registrum*, que quer dizer, “catálogo, reunir ou ainda, anotar” (HOUAISS, 2001). São formas de significação que expressam ações de escrever sobre as práticas do cotidiano das sociedades, como forma de lembrar o que não se deseja esquecer (SANTOS, 2015).

⁹ O padroado se refere à extensão territorial de uma comunidade eclesiástica (SANTOS, 2015).

Já na perspectiva terminológica, levando-se em consideração o conteúdo informacional da espécie documental e seu caráter jurídico, os registros são conhecidos, como “formalidade necessária para que certos atos jurídicos adquiram validade, que consiste no lançamento de determinados dados em um livro específico para tal” (HOUAISS, 2001). Essa definição se aplica a qualquer tipo de texto cujo conteúdo tenha um teor oficial, que pode apresentar uma diversidade de gêneros e tipos, como é o caso dos registros paroquiais.

A função desses suportes, produzidos pela Igreja Católica, era manter um controle do que acontecia nas comunidades em que estava inserida. A atuação da instituição católica estava ligada às práticas de sua doutrina e, como tudo na igreja seguia um regimento. Assim, tal aspecto também foi utilizado para registrar nos livros paroquiais.

As primeiras diretrizes acerca da organização e administração dos arquivos paroquiais no Brasil tiveram início com a criação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em 1707. Essas normas foram criadas com base no Concílio de Trento, vigorando até a promulgação do Código de Direito Canônico (CDC), de 1917 (ABIB, 1999).

Na atualidade, esses arquivos, segundo as diretrizes do Código Canônico, constituem a seguinte divisão: *arquivo diocesano*, que pode ser caracterizado como corrente, secreto e histórico; *arquivos colegiados*; *arquivos paroquiais*; *arquivos de fundações pias*; *arquivos das igrejas catedrais*; e *arquivos de outras igrejas dos territórios* (IGREJA CATÓLICA, 1983).

Para Santos (2005), de todas as tipologias arquivísticas eclesiásticas duas merecem destaque por serem as mais importantes no meio eclesiástico: o diocesano e o paroquial. E é para este último que esta pesquisa se volta. A importância se deve ao fato de tais arquivos fazerem parte dos setores religiosos maiores e por estarem sob a tutela do bispo, presbítero ou pároco.

Desde o Concílio Tridentino, em 1563, ficou decidido que os registros seriam mantidos pelas paróquias. Os livros sob a guarda das igrejas formalizavam as ações praticadas nos eventos religiosos e cada paróquia ou capela deveria prestar contas de tudo, principalmente, do dinheiro que recebia. Assim, batismos, celebrações de casamentos, óbitos, comunhão, acontecimentos de destaque local, construções de igrejas, tudo deveria ser anotado. Depois um relatório era enviado à sua diocese. Era dessa maneira que o bispado e a Coroa portuguesa tomavam conhecimento do que se

passava em cada paróquia. Em consequência desse controle, a igreja exerceu a função de tabelionato, produzindo uma quantidade significativa de todo tipo documental (MARCÍLIO, 2004).

A estrutura textual dos registros eclesiásticos, no Brasil, tinha um modelo padronizado, como o modelo português. Os responsáveis pelas paróquias tinham a obrigação de fazer os chamados assentos. Isso se caracterizava num controle que copiou o modelo de organização do sistema de governo, no qual a igreja criava as suas diretrizes, direcionando os indivíduos através delas e garantindo, dessa maneira, a ordem nas colônias (BRAGA; PIRES, 2010).

Marcelle Braga e Maria do Carmo Pires (2010, p.2) chamam a atenção para a influência da igreja e o controle sobre os sujeitos em nome da fé. Para as autoras, “esse controle teria um sentido para muito além do domínio sobre os membros da Igreja, um domínio no plano do simbólico, uma vez que seus membros representavam a ligação entre o terreno e o divino”. Para manter esse controle, a diocese estabelece um padrão, que, deveria ser um modelo usado de maneira universal, seguido por todas as paróquias e que caracterizou suas séries e tipologias documentais.

No Brasil, as dioceses foram criadas conforme o desenvolvimento do país. Com relação aos documentos, sabe-se que eles são ricos em informações, principalmente, os registros paroquiais, pois, por meio desse material se entende os eventos históricos das sociedades. Isso porque durante muito tempo, esses materiais serviram como documento oficial e, assim, a igreja representou a função de tabelionato até 1889, ano que foi implantado o registro civil (BELLOTTO, 2004).

Grande parte da população do Brasil está registrada nestes documentos paroquiais. Contudo, devido à ação do tempo e causas naturais, infelizmente, boa parte desse material ou foi perdido, deteriorado, danificado, largado ou mesmo guardado em lugares inapropriados. Por isso, muitas paróquias e instituições, como o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), entendendo a importância da sua manutenção, cuidam para a preservação e conservação destes suportes, uma vez que preservar é essencial não apenas no sentido de manter esses materiais guardados, mas para se compreender o funcionamento de uma instituição e os motivos que a levaram a produzir tais suportes. Conservar é também tarefa importante, pois o que se busca é dar continuidade à vida útil desses materiais. Mas, para assegurar a manutenção, conservação e preservação da memória coletiva.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um caminho que percorre o sujeito em busca de solucionar suas inquietações e questionamentos. É um processo que segue passos, sendo esses passos: a inquietação sobre algo; a necessidade de conhecimento sobre o que se deseja; a busca pela informação em determinados lugares, como a internet e biblioteca, a teoria e método cuja reflexão pode solucionar suas dúvidas. A pesquisa, portanto, segundo as autoras Marina Marconi e Eva Lakatos (2008, p. 01), resume-se, num “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Tendo essa definição em mente, este trabalho surgiu de um projeto de extensão: *Documentação Sergipana: digitalização do acervo*, no acervo de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Quando da participação neste projeto já estava envolvida em pesquisas com documentos eclesiásticos, mas na linha de pesquisa da outra área de formação, Letras: filologia textual, em que investigava a ortografia antiga, realizando a análise grafemática e a edição semidiplomática. Com a ajuda do conhecimento nas duas áreas: Biblioteconomia e Letras, pensou-se no projeto para a submissão ao Mestrado Acadêmico em Letras, intitulado *Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia*, tendo sido aprovado.

No mestrado, os estudos estavam voltados à compreensão da configuração lexical e discursiva, buscando ver a influência da Igreja Católica, como instituição social que dominava e regia o comportamento das pessoas em Sergipe, nos períodos colonial e imperial.

Através dos livros paroquiais, como o de Batizado, foi possível notar que entre o período de 1883 a 1910, as pessoas atribuíam nomes (antropônimos) aos seus filhos, tendo na ideologia religiosa sua fonte de motivação. Após a conclusão do curso de mestrado, continuei a pesquisar com os livros paroquiais, mas agora sob o prisma da arquivologia e da informação, sendo um estudo desenvolvido com a finalidade da conclusão do curso de Biblioteconomia e Documentação.

O acervo documental do Arquivo Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Vitória, na Cidade de São Cristóvão, foi inaugurado em 1959 e funciona na secretaria paroquial ao lado da Igreja Matriz. Este fundo reúne uma coleção de livros manuscritos de natureza e tipologias variadas, que compreendem o período de 1883 a 2013.

Nas paróquias, como é o caso de Nossa Senhora da Vitória, observa-se uma riqueza tipológica de documentos, frutos da vida cotidiana das pessoas em diferentes épocas, em que se nota uma variedade de assuntos, como: batizado, casamento, óbito, tombo, crisma, porém, cada um serviu aos propósitos comprovar e controlar as atividades eclesiais.

Esta pesquisa é fruto de uma inquietação, referente às séries e tipologias documentais geradas por esta instituição, bem como os possíveis usos da informação do acervo documental da Igreja Matriz de São Cristóvão. Dessa forma, o método científico é o estudo que elabora e organiza, por meio de procedimentos (GIL, 2006).

Quanto à sua abordagem, essa pesquisa é do tipo qualitativa, em que se busca observar no ambiente o objeto a fim de realizar a coleta de dados, e o pesquisador se torna o instrumento-chave (GIL, 2006). Dessa maneira, buscar-se-á interpretar o fenômeno à luz dos aportes teóricos de Eduardo Dias e Madalena Naves (2004), que tratam do método de análise de assunto, importante, pois é através dela que a tipologia é definida; utilizou-se Bellotto (2004; 2002), que desenvolve investigações no campo da arquivística e, sobretudo, das séries e tipologias de arquivos permanentes; Calderon (2013), também fala sobre o arquivo e a informação de arquivo. Além do levantamento bibliográfico, esse trabalho também buscou, na exploração das fontes primárias (arquivos da paróquia Nossa Senhora da Vitória, São Cristóvão), ampliar o material do tipo manuscrito, que contribuiu com a pesquisa. Na verdade, o que se busca com a leitura dos manuscritos não é apenas entender o seu conteúdo, mas compreender a sua estrutura e quem os produziu, pois traz à tona o legado proveniente de outras gerações, os fatos e a memória de um povo e os aspectos arquivísticos inerentes a épocas passadas.

Nesse caminho, para demonstrar a função dos registros eclesiais, será realizada a descrição resumida do *corpus*, das partes que o compõem, apresentando os materiais que o constituem, os instrumentos utilizados nas inscrições e a análise documental na perspectiva arquivística, para compreensão do leitor, finalizando com a edição semidiplomática¹⁰ de três fólhos.

¹⁰ A Edição textual tem a função de restaurar o patrimônio documental, resgatando os testemunhos e a história de uma época. A sua metodologia consiste no exame minucioso do texto, podendo o conteúdo ser de natureza variada. Seus métodos seguem critérios científicos específicos com fins de recuperar o conteúdo do texto para mais próximo do original, além de atualizar a linguagem, bem como identificar a sua autoria, tornando-o compreensível (CAMBRAIA, 2005).

Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa é exploratória, visando uma maior proximidade com o problema, tornando-o explícito. Os manuscritos do acervo aqui estudados serão utilizados como fonte de informação para que se possa compreender seu conjunto documental, seu gerenciamento e possível uso. Esse tipo de pesquisa tem a função de ajudar o pesquisador no com o maior quantitativo de informação, promovendo mais conhecimento acerca do tema (COLLIS; HUSSEY, 2005). Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca das noções de tipologia e preservação documental, que envolve a documentação de cunho religioso. Nessa fase, foram utilizados livros, materiais publicados em artigos de periódicos de informações disponibilizadas na internet em sites científicos ou institucionais.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, recorreu-se a pesquisa documental. Ela se constitui de materiais que não receberam tratamento analítico. Esses materiais são documentos que ainda não foram mexidos por ninguém para pesquisa. Existem os documentos de segunda mão que já foram analisados e serviram de base para outras pesquisas, como: relatórios de pesquisa. Na pesquisa em questão, tais materiais se constituem de manuscritos correspondentes aos assentamentos realizados no Arquivo estudado.

O *corpus* desta pesquisa está localizado na sede paroquial da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória (1604). Os documentos norteadores da pesquisa serão os assentamentos paroquiais (Livros de Batizados, Casamentos, Crisma, Óbitos; e um processo de habilitação de casamento), todos disponíveis na referida paróquia, observando, primeiramente, as condições físicas dos suportes, no qual se fará um diagnóstico, procedendo à análise dos materiais a fim de conhecer sua tipologia e valor (BELLOTTO, 2002).

O levantamento documental será a primeira etapa, fundamental na medida em que servirá para identificar as séries documentais presentes no acervo. Uma vez identificadas às séries, serão identificadas de cada uma delas, um exemplar tipológico. Tal exemplar será aqui reproduzido e analisado dentro das normativas da Arquivística, no que diz respeito às tipologias documentais.

No decorrer do trabalho também as normas de gestão documental do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória serão observadas no que diz respeito, às normas arquivísticas, englobando-se também às instalações e suas necessidades. Isto é necessário na medida em que ao final da pesquisa se objetiva apresentar um diagnóstico das condições gerais do referido arquivo.

Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso está estruturado em seis seções. Na primeira delas, a *Introdução*, apresentando o tema, o objeto de estudo, os objetivos: geral e específicos. Ainda na introdução, são inseridos tópicos que fazem a contextualização da historiografia colonial do Brasil e demonstram a figura da Igreja Católica, trazendo com ela o surgimento dos arquivos. Também faz referência ao arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória, que apresenta as condições dos suportes documentais, do ambiente físico e as tipologias documentais, ao tempo em que se realizará um diagnóstico dessa unidade de informação e demonstra a sua importância na formação da sociedade sergipana. Ainda nesse item, são descritos os questionamentos, a hipótese e a justificativa que conduziram as pesquisas.

No segundo capítulo, intitulado *Tipologias documentais primárias e os arquivos religiosos*, pretendem-se dar ênfase as tipologias encontradas em arquivos paroquiais e falar da importância dos seus conteúdos informacionais. Fala-se também sobre a importância da conservação e políticas de preservação dos materiais. O terceiro capítulo, *Metodologia*, trata de descrever o caráter da pesquisa, os métodos e referências teóricas utilizados no decorrer do trabalho. O quarto capítulo, *Tipologias do arquivo paroquial da matriz nossa senhora da Vitória*, aborda-se o conceito de informação na perspectiva da arquivística e apresenta as tipologias do arquivo paroquial. O quinto capítulo, *Análise do corpus* são descritos e analisados os materiais, seus elementos extrínsecos e intrínsecos. Na sexta seção, Considerações Finais, são elencados os principais resultados desta pesquisa.

Na paróquia Nossa Senhora da Vitória, como foi dito até aqui, apresentam-se tipos documentais diversos que contêm informações, padrão textual e finalidades variadas. Por isso, antes de apresentar as características tipológicas dos documentos eclesiásticos de São Cristóvão/SE, pretende-se no capítulo a seguir, abordar sobre concepções dos termos: tipologia documental eclesiástica e informação de arquivo.

4 TIPOLOGIAS DO ARQUIVO PAROQUIAL DA MATRIZ NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

As ações praticadas pela igreja no período em que foi detentora do poder político revelam uma instituição bastante organizada na área administrativa e dominadora em todos os setores sociais. Para impor essa dominação, as paróquias eram obrigadas a registrar todas as atividades exercidas por seus párocos, ou seja, poder religioso ligado ao civil (OLIVEIRA, 2008).

O intuito dessas práticas não é apenas de caráter informativo, mas de controle, pois o objetivo era saber o quantitativo de fiéis católicos a fim de manter um controle do que ocorria nas igrejas, já que a religião católica era a oficial. Além disso, sabe-se que a custódia de toda a documentação eclesiástica ficou a cargo da própria igreja. Para Rubilânia Ramos (2015)

Os arquivos da Igreja Católica sempre foram tratados com muito zelo e cuidado, pois revelavam a história desta instituição, mas, sobretudo, servia de testemunho para cobrar sinceridade à sociedade (RAMOS, 2015, p.13).

Esta autora demonstra o valor que o documento tem para as suas instituições geradoras, como as paróquias, tomando o cuidado de preservar o conteúdo ali contido e mesmo sendo uma documentação produzida sobre e para o povo, os documentos são caracterizados como privados, o que, segundo a autora, dificulta o acesso. “Os documentos produzidos pela Igreja Católica configuram-se como privado, por isso, ela não tem obrigação de autorizar o acesso à sociedade, apesar de buscar ter bom senso nesta relação” (RAMOS, 2015, p. 13).

As tipologias de arquivo produzidas pelas paróquias no Brasil se relacionam com os objetivos que as elas buscam abranger. Sobre os registros paroquiais, Rubilânia Ramos (2015) informa ainda que

Os documentos produzidos eram utilizados como elemento de informação e prova. A partir desta produção, arquivos começam a ser criados para armazenar as informações da sociedade cristã. Tendo ciência da relevância destes acervos, a Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 (RAMOS, 2015, p.19).

Nota-se com isso, que a preocupação em conservar os escritos começou a tomar maiores proporções no Brasil, somente com a criação da Lei 8.159, em 1991.

Mas, para a igreja católica isso já vinha sendo uma prática fiel e seguiam o direcionamento das normas do Código de Direito Canônico (1983) ¹¹.

Quanto à noção de arquivo, no Código número 535, nos parágrafos primeiro e quarto tratam da guarda e cuidados com os documentos eclesiásticos

§ 1. Em cada paróquia, haja os livros paroquiais, isto é, o livro de batizados, de casamentos, de óbitos, e outros, de acordo com as prescrições da Conferência dos Bispos ou do Bispo diocesano; cuide o pároco que esses livros sejam cuidadosamente escritos e diligentemente guardados.

§ 4. Em cada paróquia haja um cartório ou arquivo, em que se guardem os livros paroquiais, juntamente com as cartas dos Bispos e outros documentos que devem ser conservados por necessidade ou utilidade (CDC, Cân. 535, p. 81).

As espécies documentais aqui analisadas como os livros paroquiais e o processo de habilitação matrimonial são frutos das atividades-fins provenientes das celebrações realizadas pela igreja católica. Já os tipos documentais, como o registro de crisma, de batizado, de óbito, de casamento, além da habilitação do casamento tornam-se essenciais, pois demonstram o motivo pelo qual a igreja os produziu, levando-se em consideração as características textuais e discursivas, que criam a diferença entre eles. É nesse sentido de entender a concepção da tipologia documental, em especial, a eclesiástica, que se falará a seguir.

4.1 Tipologia documental eclesiástica

As séries documentais são, segundo Bellotto (2002), um conjunto documental com características intrínsecas, que tratam sobre determinado conteúdo/assunto, levando-se em conta o motivo de sua produção, seu contexto e finalidade.

Já o tipo documental, para a autora, é entendido “como a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou”. Analisar um tipo documental requer entender a sua gênese e sua organicidade e, principalmente, o “conjunto orgânico” a que ele pertença (BELLOTTO, 2002, p.19).

A tipologia documental pauta-se, sobretudo, na relação produção-atividade. Sabe-se que os documentos gerados pelas igrejas, como é o caso da Matriz de São

¹¹ Código já reformulado, pois o primeiro foi elaborado em 1917.

Cristóvão/SE, têm relação direta com as atividades exercidas por elas ao longo do seu poderio político-administrativo.

Em Sergipe, a igreja Matriz de São Cristóvão tem um papel importante na formação sociocultural dessa comunidade, pois participou ativamente do processo políticossocial, já que centralizou a documentação da região desde os tempos coloniais, e, por isso, emitiu um quantitativo significativo de documentos, de diversas espécies e tipologias. Atualmente conta com uma secretaria paroquial e um arquivo.

Figura 1 - Paróquia Nossa Senhora da Vitória (SE)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2015.

Figura 2 - Secretaria da paróquia Nossa Senhora da Vitória (SE)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2015.

Figura 3 - Arquivo Documental do Fundo da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória (SE)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2015.

Assim, as ações de batizado, crisma, óbito e casamento, as quais correspondem às atividades desenvolvidas pela paróquia e que determinam sua atividade-fim de atender às necessidades da comunidade sancristovense, destacando suas características extrínsecas¹² e finalidade são:

4.1.1 Registro de Batizado

É o primeiro registro referente ao ingresso do indivíduo na “vida católica”. Esta tipologia foi criada pela Igreja Católica com o objetivo de manter a atividade do sacramento batismal registrado. Ter um registro confirma o sujeito na vida eclesial, como membro fiel da Santa Sé, também o torna um ser portador de identidade, além de afirmar o batismo.

As informações constantes dessa tipologia são: *número do assento, o pré-nome do batizado, data de nascimento, nome dos pais, nome dos padrinhos, nome do pároco responsável pelo sacramento.*

O batismo é um dos sete sacramentos da Igreja Católica, que legitima o indivíduo no caminho da fé. O Cânone nº 96, diz que

pelo batismo o homem é incorporado à Igreja de Cristo e nela constituído pessoa, com os deveres e os direitos próprios dos cristãos, tendo-se presente a condição deles, enquanto se encontram na comunhão eclesial, a não ser que se oponha uma sanção legitimamente infligida (CDC, 96, p. 12).

Até o ano de 1890, no Brasil, todo documento gerado nas paróquias após as cerimônias do batismo tinha valor civil, sendo o único documento que comprovava a existência das pessoas. Após a Proclamação da República e a separação da Igreja e do Estado esta situação foi alterada. Contudo, os registros de batismo continuam a ser gravados em um livro especial, guardado pela paróquia onde o ritual foi realizado, sendo este necessário para a realização dos casamentos religiosos católicos.

¹² “Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem” (BELLOTTO, *grifo da autora*, 2002, p. 24).

4.1.2 Registro de Crisma

Crisma é o segundo sacramento da Igreja e sua função é confirmar o batismo do indivíduo, já que muita das vezes, ele é submetido ao batismo quando ainda não tem consciência dos seus atos e desejos. O ato de crismar é o segundo sacramento realizado pela Igreja, sendo um compromisso entre a doutrina dela e o crismado. A tipologia contém informações seguidas pelo CDC, Cân. 895, como se verá a seguir:

No livro de crismas da cúria diocesana ou onde isso tiver sido prescrito pela Conferência dos Bispos ou pelo Bispo diocesano, no livro a ser conservado no arquivo paroquial, registrem-se os nomes dos confirmados, mencionando o ministro, os pais e padrinhos, o lugar e o dia da confirmação; o pároco deve informar da confirmação ao pároco do lugar do batismo, a fim de que se faça o registro no livro dos batizados, de acordo com o Cânone nº 535, § 2 (CDC, 895, p. 132).

Com essas informações do CDC, fica claro que para a Igreja Católica cada atividade praticada deve obedecer a uma norma, incluindo a forma de anotar e a informação que conteria essa tipologia.

4.1.3 Registro de Óbito

A informação desta tipologia só deve constar nos livros paroquiais após o ato de sepultamento. O registro de óbito tem por objetivo documentar o falecimento da pessoa, anotando seu nome, a data do falecimento, idade, filiação, nome do cônjuge, caso tivesse e se recebeu ou não os sacramentos finais.

Nos assentos analisados, nota-se que algumas pessoas não receberam os sacramentos, supondo, pois, morreram repentinamente. Outro ponto interessante a informar é que a série documental de óbito ficou sob a responsabilidade dos frades franciscanos¹³ até 1967, quando se nota a última anotação no último livro de óbito encontrado na Matriz. Sabe-se que os franciscanos foram a segunda Ordem religiosa a habitar a cidade, instalaram-se logo “após a desocupação dos holandeses”, em 1637 (AZEVEDO; ARAGÃO, 2010).

¹³ Ordem religiosa fundada na Itália, no ano de 1209, por São Francisco de Assis. Seus fundamentos se baseiam na humildade e desprendimento aos bens materiais. Pregam o evangelho de Cristo, imbuídos de caridade e amor ao próximo (WEHLING; WEHLING, 1994).

4.1.4 Registro de Casamento

Essa é quarta tipologia investigada neste trabalho. Nesta tipologia se escrevem a *data de celebração, paróquia que foi realizado o ato, nome do responsável, o nome das testemunhas, nome dos noivos, idade, nome dos pais, local de nascimento e local de residência de ambos*. Mas, antes do registro, os casais passam por um período preparatório, dirigindo-se à igreja de posse de documentação solicitada pela instituição, quando se abre, o processo de habilitação de matrimônio.

No que se refere à cerimônia, o casamento significa a afirmação dos casais perante Deus e todos acerca do amor deles, simbolizando também o amor “entre Cristo e a Igreja” (CDC, Cân. 1063, p.153). O registro de casamento possui algumas tipologias associadas, a saber:

4.1.5 Processo de habilitação matrimonial

Essa tipologia é bastante curiosa, pois quando os noivos decidem dar o passo ao compromisso com a Igreja, com Deus e à comunidade, há necessidade de abertura de um processo, no qual devem constar:

- 1- *Proclamas Matrimoniais;*
- 2- *Ficha de casamento;*
- 3- *Entrevista aos noivos;*
- 4- *Certidão de habilitação;*
- 5- *Termo de casamento religioso com efeito civil;*
- 6- *Certidão de habilitação do Registro Civil;*
- 7- *Declaração de comparecimento;*
- 8- *Certidão de batismo dos noivos;*
- 9- *Termo de adesão para celebração do sacramento do matrimônio;*
- 10- *Certificado de curso de noivos;*

Assim, são preparados, durante um período, os chamados “Proclamas Matrimoniais”, uma espécie de habilitação/autorização para o casamento, em que se abre um processo e juntam-se alguns documentos pessoais dos noivos. Após a abertura, publica-se o dia, o horário, local em que a celebração ocorrerá; além do período de impedimento, caso alguém queira se manifestar contrário à vontade dos noivos, em

seguida, é emitida a certidão de habilitação. Essa certidão diz o período em que terão os noivos para se unirem em matrimônio. Nela constam: a autorização do pároco que administra a Igreja Matriz da diocese, dando plenos poderes para que outro padre possa realizar o casamento; além da autorização, também o termo de casamento que possui efeito civil, com as assinaturas dos casados, das testemunhas e do padre, que oficializou a cerimônia.

Antes de abrir o processo, os noivos preenchem uma ficha de casamento, em que se anotam a data da cerimônia, horário, local, padre e o nome dos noivos. Além da ficha, os noivos são submetidos a uma entrevista a cerca de dados pessoais de cada um, como tempo de relacionamento, se fizeram os sacramentos.

Outra tipologia é o Termo de casamento religioso com efeito civil. Os noivos levam ao cartório para a habilitação. Este termo se refere tanto aos dados do casamento religioso quanto ao do civil.

A Certidão de habilitação do Registro Civil é um pedido para realizar os trâmites do casamento em vias oficiais. Nela, podem-se notar as informações: nome dos noivos, a data de nascimento, idade, local de residência e filiação; data de publicação do edital dos proclamas, o tipo de regime de bens patrimoniais, a alteração do nome da noiva, assinatura da oficiala e carimbo. Já a declaração de comparecimento é um documento emitido pelo cartório atestado que os noivos apareceram para “dar entrada na habilitação do casamento religioso com efeito civil”.

A certidão de batismo dos noivos é outro tipo documental encontrado no processo. Ela é emitida pela paróquia com a finalidade de informar o dia do batizado dos noivos. Caso algum deles não tenha realizado rito, ele deve ser efetuado, pois do contrário o casamento religioso, não poderá ser realizado.

O termo de adesão para celebração do sacramento do matrimônio é o documento emitido pela paróquia contendo as normas para a realização do casamento e através dele os noivos tomam conhecimento dos procedimentos no dia da celebração e assinam. O certificado de curso de noivos é emitido pela paróquia dos noivos, sendo o curso realizado em apenas um dia.

4.2 A informação de arquivo paroquial

Os fundos documentais produzidos pelas paróquias, ao longo dos séculos desde a formação do Brasil, têm sido negligenciados, tendo como consequência, a perda de boa parte dessa massa documental. Manter os materiais a salvo, requer tempo,

recursos e consistência de uma política de preservação e de acesso aos acervos no contexto da importância da memória de um povo.

A manutenção dos registros paroquiais não é o foco deste capítulo, mas é importante destacar a importância da conservação do material salvaguardado nos arquivos históricos eclesiais, já que toda a produção possibilita reconstruir fatos do passado, da memória das sociedades, mostrando as relações entre o que foi praticado no passado pela Igreja com o que é praticado na atualidade (SANTOS, 2007).

A ida aos arquivos eclesiais tem se intensificado nos últimos anos, pois a riqueza informacional das massas documentais é de muito valor, pois contém o conhecimento sobre tal instituição. Cristian Santos (2007), afirma que:

[...] nas últimas décadas e por vários motivos, o interesse pelos arquivos eclesiais tem crescido sobremaneira. Dentre eles deve ser destacado o surgimento da História Nova, que deu uma grande importância aos documentos arquivísticos em série que permitiriam construir, a partir da análise dos dados extraídos dos livros de batizados, casamentos ou óbitos, uma história original, menos biográfica e mais preocupada em retratar figuras sem rosto da sociedade (SANTOS, 2007, p.27).

Neste caso, o autor pontua a importância dos arquivos paroquiais para a constituição da história da sociedade, mas assim como ela, todas as demais investigações que têm no documento escrito seu objeto de estudo buscam uma única coisa, conservar a informação (CALDERON, 2013).

A informação é um instrumento de caráter social diretamente ligado à comunicação e está direcionada ao conhecimento. O arquivo, já pontuado outras vezes, é visto como o local onde se guarda, preserva o documento, que por sua vez carrega o conteúdo e ajuda a responder, dependendo da sua finalidade, as necessidades de informação (RONCAGLIO et al., 2004).

A informação e o arquivo mantêm uma relação dissociável, pois o arquivo é o suporte/instrumento enquanto que a informação é a matéria, a substância. O arquivo, pois, terá a função de preservar a memória seja ela de um indivíduo, seja ela de uma sociedade. Já a informação é o saber sobre as coisas, o conteúdo e a transmissão da mensagem. Nesse sentido, buscamos neste item abordar o tema informação, sobretudo, a informação de arquivo paroquial.

No sentido mais abrangente, a informação é conceituada por Roncaglio et al. (2009, p. 01) como “um termo de difícil definição porque permeia toda a estrutura social. Tudo o que vemos, fazemos, inventamos, construímos, vestimos, falamos,

escrevemos, desenhamos”. Dessa forma, nota-se como a noção da concepção de informação é relevante para compreender outra expressão: a informação arquivística, sobretudo, a paroquial. A informação de arquivo, para Wilmara Calderon (2013), é

aquela registrada de natureza orgânica, que cumpre um ciclo envolvendo produção, processamento, uso e estocagem, tanto no ambiente organizacional que a produziu como, posteriormente, nas instituições arquivísticas (CALDERON, 2013. p.140).

Assim, depreende-se com relação a isso, que a informação produzida por um arquivo paroquial tem desenvolvido seus objetivos, comprovar, explicar determinadas questões que envolvam a atividades das Igrejas e comunidades por ela assistidas, sobretudo em períodos temporais mais recuados. Sabe-se que seus acervos tornaram-se, no Brasil, um dos maiores geradores de espécies documentais que quaisquer outras instituições arquivísticas e a vida das diversas tipologias seguem seu ciclo produção – finalidade cumprida – guarda permanente.

A diversidade documental produzida e emitida pelas paróquias é vasta, com um quantitativo de gêneros e tipos textuais que buscam atender as finalidades dos seus produtores para o bem de sua instituição ou pessoa.

O arquivo do tipo paroquial possui documentação caracterizada como de valor histórico. Isso porque ela quando cumpre os seus objetivos são mantidos em guarda permanente, observando duas condições: *período de criação* – pois contém documentos antigos e caráter de exclusividade – *por se tratar documentos únicos*. Essa preocupação com a preservação desse material é “para garantir a acessibilidade permanente – para sempre – do patrimônio documental” (RONCAGLIO ET AL., 2009, p.09). Nesse tipo de arquivo, as espécies documentais são mantidas protegidas segundo normas impostas pela administração das secretarias paroquiais quanto ao acesso à informação eclesiástica.

Quanto à gestão administrativa dos arquivos paroquiais, geralmente, as séries estão organizadas pelo conteúdo textual, ou seja, por assunto. Os documentos produzidos serviram e servem para consulta à informação. Essa documentação recebe cuidados e nunca é eliminada.

No caso da paróquia Nossa Senhora da Vitória, os documentos estão acondicionados ou em caixas ou em armários de aço, sendo uma medida protetiva tanto para conservar o material quanto pelo conteúdo ali escrito. O acesso a eles, muitas das vezes, tem sido difícil, pois o valor incutido é imensurável.

A informação de arquivo, assim, pode ser caracterizada, segundo o assunto, tanto como ostensiva quanto sigilosa. Ela é ostensiva quando o documento já cumpriu seu objetivo e seus dados não trazem mais prejuízos à instituição católica ou pessoa. Já para sigilosa, a consulta é limitada a poucos, pois, uma vez divulgada pode causar problemas até mesmo de ordem jurídica à instituição ou às demais que estejam ligadas diretamente a Igreja. Para esses casos, a Lei 8.159, de 1991, no Art. 23, que ampara essa guarda informa que

Art. 23 – Decreto fixará as categorias de sigilo que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos.

§ 1º - Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originalmente sigilosos.

§ 2º - O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.

§ 3º - O acesso aos documentos sigilosos referentes à honra e a imagem das pessoas será restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da data de sua produção.

Assim, entende-se que medidas são elaboradas também com base nessa lei e as instituições, como as igrejas católicas que possuem um montante de documentação dessa natureza, podem manter, por um bom tempo, a divulgação de certas informações protegidas. Por isso, o acesso às informações de arquivos paroquiais, muitas vezes, é difícil. No caso da Matriz de São Cristóvão, muitos documentos não foram liberados e são mantidos em custódia dos párocos, limitando o uso, inclusive, aos administradores da própria paróquia, como por exemplo, os livros de tombo.

A informação de arquivo, portanto, é a temática central desta investigação e por isso, no próximo item se deu destaque à informação produzida pela paróquia acima citada, bem como a análise de quatro tipologias documentais em sua guarda.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO *CORPUS*

Os materiais utilizados para guardar a memória, ou seja, o registro, podem conter uma diversidade de informações que definem seus tipos textuais. Sua importância advém da função que exercem nos sujeitos, já que se tornaram testemunhos da ação humana. A necessidade de entendimento sobre as coisas, a busca de reviver a memória e o passado levou o indivíduo a recorrer aos suportes documentais.

Os suportes documentais são instrumentos produzidos pelas civilizações com as finalidades de manter, guardar, transmitir e conservar a informação, que auxiliam a compreensão da história, do comportamento e da vida das sociedades. Mas, para que essas finalidades fossem bem-sucedidas, os sujeitos tiveram que criar ambientes – os arquivos e, assim, preservar todo o bem histórico e cultural de um povo.

Os arquivos para Theodore Schellenberg (2006) são,

[...] como o conjunto de papéis e documentos que promanam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado, sendo tais atividades de ordem política, econômica e religiosa (SCHELLENBERG, 2006, p.37).

Já Marilena Paes (2004), entende que o arquivo é definido como lugar que organiza o documento de caráter textual, criado por pessoas ao longo da sua vida, tendo na preservação o meio pelo qual poderá atingir os objetivos que os documentos pretendem cumprir com sua criação. O texto ou conteúdo se torna o elemento mais importante, porque é através dele que as tipologias são estruturadas e definidas. O suporte é o caminho para que a transmissão da informação aconteça. O conteúdo reflete o contexto situacional (BELLOTTO, 2002).

Em alguns tipos de arquivo, como é o caso dos paroquiais, pode-se encontrar um quantitativo pequeno de tipos textuais, podendo se tratar, até de materiais únicos, sem o conhecimento de outras cópias. No arquivo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória, por exemplo, possui uma coleção de livros conhecidos como registros paroquiais. Ao todo, contaram-se sessenta e um volumes (61), além de outras espécies documentais. Essas espécies, de caráter oficial, foram criadas para servir aos propósitos de sua criação e suprir as necessidades tanto da igreja como da comunidade de São Cristóvão, sendo fruto da vida das pessoas em épocas diversas.

Neste trabalho, optou-se por investigar as seguintes tipologias: de batizado, casamento, óbito, crisma e processo de habilitação matrimonial. O Livro de Tombo foi

inacessível para pesquisa. Pretende-se, neste capítulo, com a ajuda da Crítica Textual, descrever a estrutura dos suportes ao mesmo tempo analisar o conteúdo de cada tipo textual, seguindo os ditames da arquivística; e demonstrar a função desses registros, além de apresentar brevemente sobre o ambiente de guarda documental, finalizando com a edição semidiplomática¹⁴ de três fólios.

Entende-se como Crítica Textual a ciência que se ocupa dos documentos, suas características extrínsecas e intrínsecas, apresentando na descrição, os materiais e instrumentos utilizados na elaboração tanto da escrita como do suporte. Afirma César Cambraia (2005), que ela tem metodologia própria, com técnicas para transcrição e edição documental. Os elementos descritos são: data do suporte, lugar de origem, tipo de suporte, tipo de tinta, se é cópia, a estrutura textual, dimensão dos fólios, se existe elementos especiais, tipo de encadernação, o assunto tratado, entre outros. Assim, auxiliados pelos métodos e teoria dessa ciência, a seguir, são apresentadas a descrição e a análise dos materiais desta pesquisa.

5.1 *Corpus*

Sabe-se que da necessidade do homem em manter suas ações registradas, surgiram os documentos. Eles são guardados, geralmente, em arquivos cuja função é conservar a memória e conteúdo ali expressos bem como representar o conhecimento, que perpassa gerações alimentando o entendimento da história do homem. Como os arquivos podem ser de diferentes tipos e os documentos podem apresentar variada tipologia, demonstrar os materiais e, principalmente, sua carga informacional, constitui os princípios desse item.

A pesquisa se pauta na compreensão do conteúdo e do contexto histórico dos manuscritos, bem como determinar o motivo pelo qual eles foram gerados pela Igreja Matriz de São Cristóvão/SE.

Como se sabe, todos os passos e atividades religiosas eram executados por meio de normas. Isso se estendeu aos livros, documentação, forma de escrita, além das celebrações e suas finalidades. Por isso, aqui neste item priorizou conhecer os aspectos formais dos documentos investigados, os materiais e instrumentos empregados pelos

¹⁴ “A Edição Semidiplomática – momento em que se busca reconstituir o texto em linguagem atualizada, facilitando, assim, a plena compreensão de seu conteúdo” (SANTOS, 2015, p. 19). Para a edição, é permitido que o editor realize “modificações para torná-la mais acessível a um público que não decodificaria determinadas características originais, como os sinais abreviativos” (CARMO, 2015, p.16).

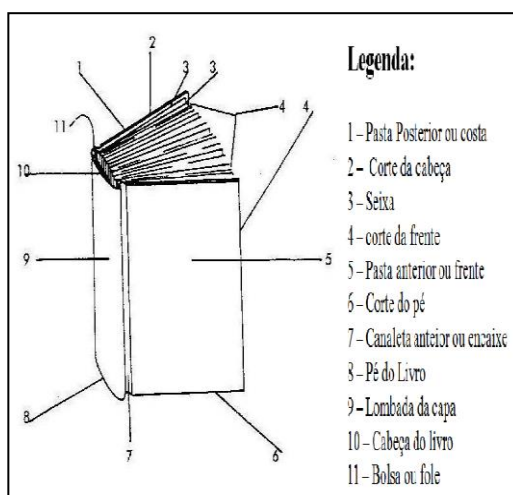
párocos em suas paróquias na escrita, sendo uma maneira de demonstrar que, a depender da época, os instrumentos acompanhavam a evolução dos seus suportes.

Os documentos de arquivos paroquiais guardam informações importantes sobre as paróquias e seus agentes, sendo possível detectar através do texto a realidade vivenciada pelas comunidades. Nota-se que para cada documento havia um texto padronizado e uma informação a ser registrada. O intuito da descrição dos suportes é apresentar aos pesquisadores os registros que são, em muitos casos, inacessíveis ao público, devido a sua importância histórica e por serem bens tombados em nível federal.

O *corpus*, composto de quatro livros de registros e um processo de casamento, é apresentado abaixo, a partir dos quais foi realizada a descrição, apresentando as suas características intrínsecas e extrínsecas, focando, principalmente, a informação expressa. Essa descrição é acompanhada de ilustrações podendo, assim, expressar a maneira como a informação das atividades eclesiais era exposta nos diversos arquivos investigados. É, pois, uma maneira de perceber a finalidade que os registros foram produzidos na Matriz Nossa Senhora da Vitória, em Sergipe.

Os elementos estruturais observados nos suportes são: data do documento, tipologia textual, tipo de informação, número do registro/chamada, material usado na escrita: tipo de papel, de tinta; além de identificação de símbolos e sinais especiais. Antes de prosseguir com a descrição, achou-se interessante apresentar um modelo descrevendo as partes de um livro paroquial.

Figura 4 - ESTRUTURA DOS LIVROS



Fonte: ¹⁵

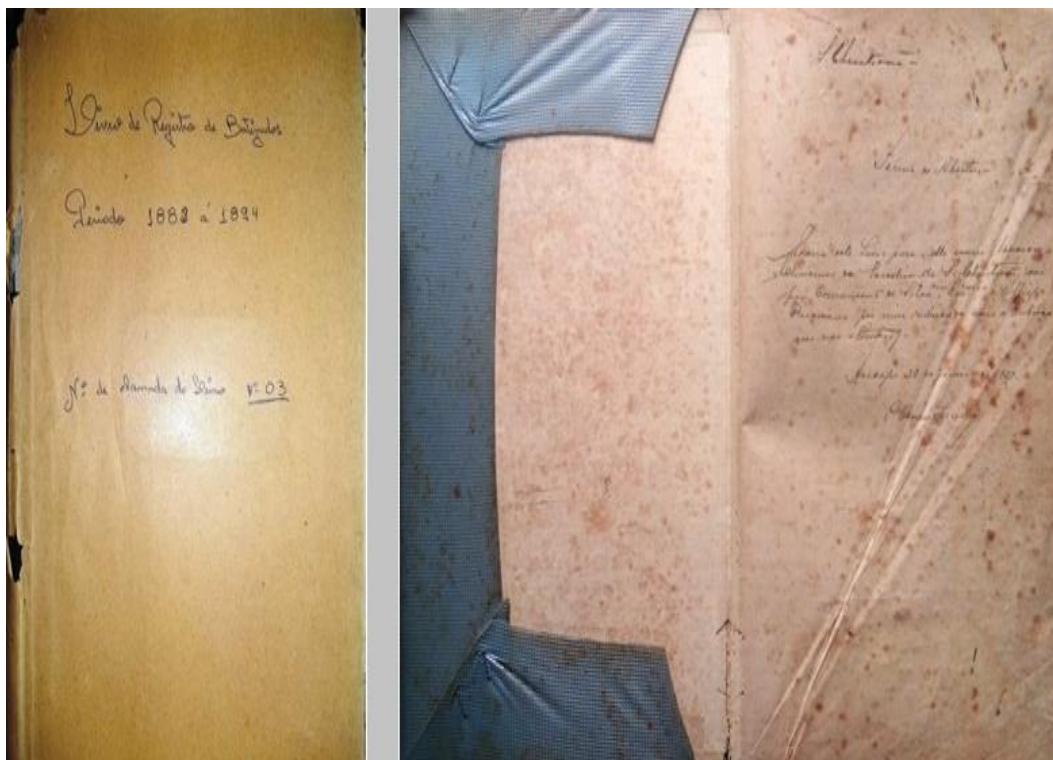
¹⁵ MILEVSKI, R. J. **Manual de pequenos reparos em livros**. 2.ed. Rio de Janeiro: Conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, 2001, p.8.

A figura acima representa a forma de um livro. Os livros possuem duas partes: a capa, composta pela encadernação e as folhas que unidas formam o corpo do livro, formando o caderno. É a capa que protege a informação, fixando as folhas (MILEVSKI, 2001).

Os livros utilizados na pesquisa se encontram em excelente estado, mantiveram as capas originais revestidas tanto com folha de papel madeira como folha de plástico. Essa medida protetiva ajudou na conservação dos documentos. Mas há o manuseio inadequado em alguns livros, onde se observa na parte interna, folhas amassadas, partes do livro como o cabeceado estão gastas, o encadernamento, que se caracteriza do tipo colado, deixando o revestimento do forro e das canelotas à mostra.

A administração da paróquia, com objetivo de agilizar a consulta aos seus registros, utilizaram um sistema numérico para identificar a tipologia e chamada do material. Isso pode ser observado na primeira ilustração abaixo:

Figura 5 - Capa e parte interna de Livro Paroquial



Fonte: arquivo da paróquia Nossa Senhora da Vitória

A imagem acima se refere às tipologias: batizado e crisma. A primeira apresenta a capa, com o número de chamada (03), sendo um livro datado do período de 1883 à 1894. Já a segunda, de 1917 a 1929. Os livros receberam uma numeração que

pode ser observada em cada exemplar, tanto na parte da frente como nas lombadas. Ainda na primeira imagem notam-se a identificação da tipologia e o período de utilização do livro.

No tocante aos materiais que compõem os documentos, nota-se que, por exemplo, os formatos dos livros paroquiais têm as mesmas dimensões e formatos. Tendo a capa e as páginas, respectivamente: 31 cm x 25 cm e 30 cm x 24 cm. Esses formatos, segundo Martins (1996), são caracterizados como do tipo *in-fólio*. Observou-se também que nos registros existe um padrão de escrita, com as páginas numeradas e rubricadas, termos de abertura e de encerramento. As folhas estão dispostas em apenas uma coluna, margeadas. No livro de nº 03, de batizado, nota-se a falta de mais ou menos trinta páginas, ou seja, uma boa parte da memória sergipana foi perdida.

Para os registros escritos no século XIX, o tipo de papel utilizado se caracteriza como trapo. Após essa data, observam-se os do tipo almaço. Em alguns, percebeu-se em suas margens traços escritos com caneta preta, azul e de lápis grafite. Feitos mais recentemente. O tipo de tinta usado é a ferrogálica - um dos elementos que contribuiu para o aspecto envelhecido dos fólhos, cujo tom ora se apresenta amarelado ora amarronzado. Também são notadas manchas escuras, páginas desgastadas, quebradiças em algumas partes, rasgos nas bordas e no meio, furos causados por insetos.

Já os elementos internos notaram-se tratar de suportes que contêm em seus traços da escrita humanística cursiva, ora arredondada, ora mais fechada, verificando-se também que os registros foram escritos por mais de uma pessoa. Outro elemento diz respeito aos fólhos, sendo escritos no recto e no verso em apenas uma coluna, apresentando assinaturas e rubricas no início da margem superior, o que demonstra mais uma vez o caráter oficial de tais documentos.

O processo de casamento foi e são executados em passos. Os noivos devem realizar a entrega dos documentos para que o processo denominado de Proclamas Matrimoniais seja aberto. Depois de aberto outros documentos são inseridos, como a certidão de habilitação, através do qual o padre autoriza os noivos a contrair o matrimônio no período de seis (06) meses. Depois de habilitados os noivos recebem o termo de casamento religioso com efeito civil. A certidão propriamente dita, só depois do casamento.

No processo ainda são incluídos outros documentos: certidão de batismo para efeitos matrimoniais, com os dados de ambos; certidão de batismo de cada um;

termo de adesão para fins de celebração. Os noivos realizam um curso e no final recebem um certificado. Nesse período, os noivos realizam uma entrevista com o padre, para isso preenchem uma ficha de casamento, uma declaração é emitida pela Igreja aos noivos para que estes a levem ao cartório e peça reconhecimento com assinaturas, registros e carimbos. Ao todo, no processo de 2013, foi encontrada uma diversidade de tipologias documentais.

5.2 Análise do *corpus*

Os suportes documentais, como sabemos, têm um papel importante na construção sóciohistórica dos sujeitos, pois são através das coisas vivenciadas e ações praticadas por eles que a memória é construída. A memória tem nos suportes escritos uma forma de auxílio ao indivíduo que busca rememorar lembranças, mesmo aquelas que não tenham sido experienciadas.

Segundo Maria Luisa Schimidt e Miguel Mahfoud (1993) referenciando Halbwachs, essa rememoração é uma forma de imagem processada na mente das pessoas, podendo ser ou uma lembrança ou apenas uma informação. É o que acontece com os registros escritos, já que são instrumentos que remetem ao passado, possibilitando compreender um momento da história, a forma de vida de um povo. Por isso, a guarda e preservação dos documentos foram uma preocupação, principalmente, quando eles se tornam testemunhos de parte da memória coletiva de Sergipe.

Nas quatro tipologias analisadas neste trabalho, foram observados os aspectos intrínsecos dos registros paroquiais, tais como: a estrutura padrão de cada modelo, o conteúdo/assunto do texto, contexto situacional e finalidades de produção e informação.

Os registros paroquiais são instrumentos que reafirmam as ações praticadas pelo clero diante das comunidades católicas. O objetivo da igreja ao documentar suas atividades se deve ao movimento da Contra Reforma europeia, em que se nota a formação de novas doutrinas religiosas e suas ideologias.

Segundo Maria Marcílio (2004), a maneira que a igreja católica encontrou para realizar o quantitativo de seus membros foi por meio dos documentos enviados (livros paroquiais) de batismo, matrimônio e óbito, descrevendo as celebrações ocorridas nas paróquias. Percebe-se que os registros estão diretamente ligados às

celebrações nas paróquias e capelas. Mas para entender cada tipologia produzida pela paróquia de Nossa Senhora da Vitória, optou-se por entender o significado dos termos: Batismo, Crisma, Casamento e Óbito.

Dividimos as tipologias em tópicos, para melhor visualização dos assuntos. A primeira tipologia analisada é o livro de ‘Crisma’.

5.2.1 Crisma

A palavra Crisma vem do latim *chrisma, atis* significando 'unção', 'ungüento, perfume, ação de ungir'. É o sacramento de confirmação da doutrina católica, que reafirma o batismo e, com ele, os compromissos com a Santa Sé. Para Santana (2007), o crisma é considerado um dos sete sacramentos da Igreja católica, depois do batismo é a segunda celebração. Para a realização da cerimônia, deve ser feita ou por um bispo ou um padre autorizado, acontecendo sempre na Semana Santa e é feita uma única vez por indivíduo.

Quanto ao aspecto e descrição, o livro possui 100 fólios, numerados por carimbo a partir do primeiro, com o recto e o verso escritos em uma coluna. O livro é datado do ano de 1921 à 1929 e foi atribuído o nº 04 no seu número de chamada. Na questão da estrutura interna, o livro possui um termo de abertura e um de encerramento, sendo todos os fólios rubricados e numerados, com 33 (trinta e três) linhas. A seguir edição semidiplomática do termo de abertura.

Sao Christovão

[fól.1r^o]

Têrmo de abertura

Lavrará este Livro para [?] [?] lançadas as
 Chrismas da Parochia de *Sao* Christovaõ, vai
 5 por Communhaõ de *Sua Exelencia* e *Reverendissima, Senhor* Bispo
 Diocesano por mim rubricada com a rubrica
 que uso – [rubrica].

Aracajú 23 de Janeiro de 1921.

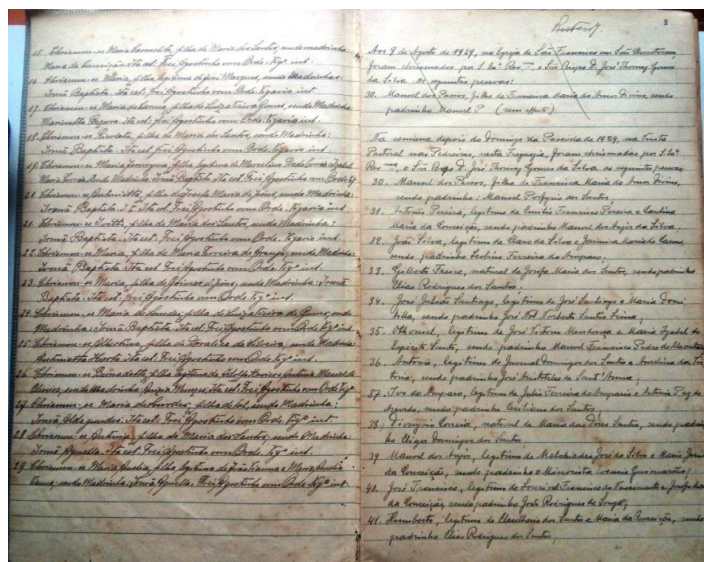
[Assinatura]

Os registros de crisma foram criados pela Igreja Católica com a finalidade de documentar o sacramento da confirmação, que segundo *As Constituições Primeiras*

do *Arcebispado da Bahia* se constitui no segundo sacramento da Santa Igreja. A confirmação é para aqueles já batizados na igreja, sendo conhecida por Santa Crisma, em que o bispo pela celebração usa o óleo benticado e coloca em forma de cruz na testa das pessoas.

Geralmente, a unção de óleos sagrados é utilizada para dois públicos: os que não têm pecado, como as crianças e os que vivem no pecado, como os adultos. No primeiro caso, as crianças são consagradas até sete (07) anos podem receber a consagração ou em caso de perigo de morte. Já o segundo só é realizado quando o sujeito deve se confessar e arrepender-se dos pecados. A finalidade dessa celebração é afirmar a fé em Deus, reforçar o bom caráter na graça de Jesus Cristo e se afirmar na santa doutrina católica. Aos que não o fazem estão sujeitos ao pecado mortal¹⁶. No tocante às informações, os assentos de crisma podem trazer em sua escrita os seguintes dados: a data de celebração do ato, a paróquia em que foi realizada a Crisma, o nome do Bispo responsável, assento, nome das pessoas crismadas, nome dos pais, nome do padrinho ou madrinha, como mostra a ilustração abaixo:

Figura 6 - Livro de Crisma, nº 04



Fonte: arquivo da paróquia de Nossa Senhora da Vitória.

No registro acima, demonstra-se, claramente, como os párocos de São Cristóvão atuaram nas igrejas e capelas da comunidade de São Cristóvão. Com estes dados, nota-se que 1929 foi a data de encerramento do último livro de crisma disponível na secretaria.

¹⁶ CONSTITUIÇÕES Primeiras, 1853.

5.2.2 Batizado

A segunda tipologia analisada é o registro de batizado. Na Matriz de São Cristóvão ao todo, somam-se 12 (doze) livros. Nesta tipologia nota-se um padrão de escrita parecido em quase todos os livros. Alguns, como os mais antigos que registram o nascimento dos escravos possuem outra adaptação e informação.

A finalidade da análise desta tipologia foi de compreender os dados e o motivo de sua produção. Sabe-se que toda a atividade religiosa e suas celebrações eram documentadas. Isso era uma norma seguida pelos bispados, no Brasil, para que as informações fossem passadas para sua instância superior, a Arquidiocese, e dessa forma, a Igreja teria noção do quantitativo de fiéis.

O “batismo” é uma palavra de origem latina *baptismus*, *i*, indicando imersão, lavar, banhar. O sacramento fundamenta-se na purificação do corpo e da alma. É o primeiro momento ao qual a pessoa é submetida, na maioria das vezes, após o nascimento, tendo como objetivo consagrar sua alma e, assim, o indivíduo é legitimado como cristão.

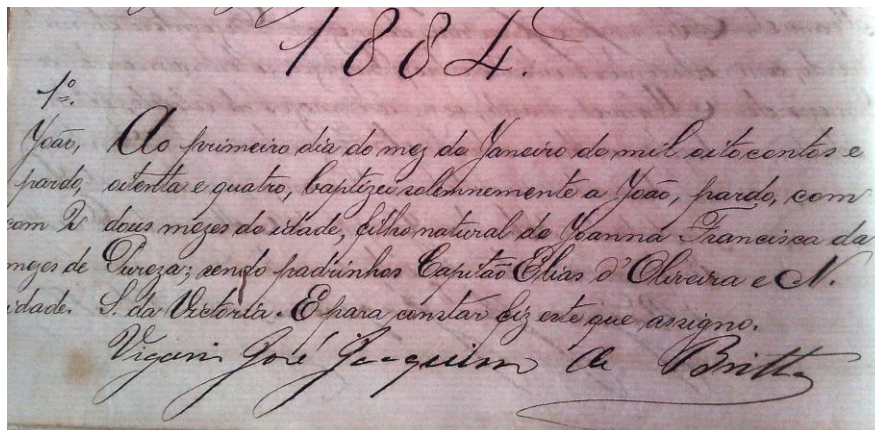
A cerimônia do batismo consiste no banho da cabeça em água e o pároco diz as palavras: “*Ego te baptizo in nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti*”¹⁷. Afirma as Constituições Primeiras (1853), que essa atividade tinha por finalidade oferecer proteção e benção aos fiéis, tanto quando criança como na fase adulta. Segundo Marcílio (2004), essa prática ia sendo documentada nos livros pelos padres e administradores das paróquias. No Brasil até a proclamação da República, os registros de batizados eram os únicos documentos de registro de pessoas documentados pela Igreja Católica.

Em Nossa Senhora da Vitória, observou-se que os livros de batizados encontrados na paróquia possuem informações relacionadas aos períodos: Imperial e Republicano. A depender do período, podemos encontrar nos assentos os dados: número do termo de assento; nome do indivíduo; dia, mês, ano do batismo; cor e idade, geralmente, a data de nascimento; legitimidade de filiação (caso houvesse conhecimento); situação dos pais (em caso dos escravos); permissão do padre responsável pela paróquia, quando este não presidisse a cerimônia ou se estivesse fora desta; cargo e nome completo do padre oficiante do sacramento; local em que se realizava o batismo fora da paróquia; nome completo dos pais e dos padrinhos; assinatura do vigário responsável pela paróquia.

¹⁷ CONSTITUIÇÕES Primeiras, 1853, p.13.

Em todas as paróquias no Brasil e em especial, São Cristóvão, os documentos de batismo possuem em sua estrutura o padrão de informação posposto pelas Constituições, tendo notando, porém, em alguns casos, que existem particularidades em alguns livros mais antigos, que apresentam situações particulares, que foram adaptadas conforme as necessidades da comunidade.

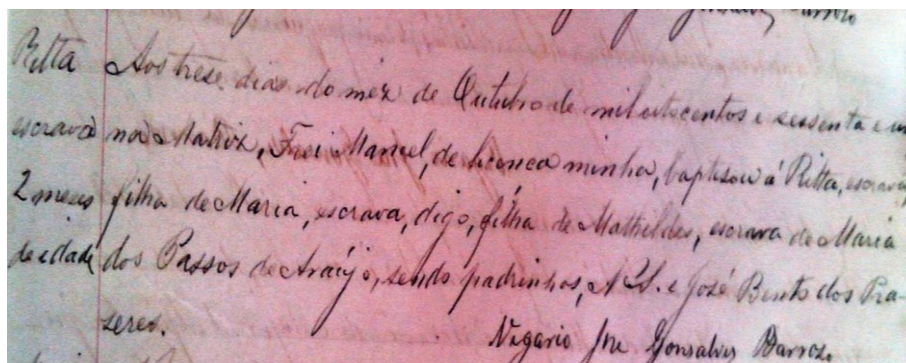
Figura 7 - Registro de criança não legitimada – 1884



Fonte: Arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória.

A imagem abaixo demonstra como foram incluídas as informações de escravos:

Figura 8 - Registros de filho de escravo ano 1861



Fonte: Arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória.

No assento acima podemos identificar nas informações: o assento; data da celebração; local; responsável pela celebração; pré-nome do indivíduo; condição de escrava do indivíduo; cor; condição de escravos dos pais, seus donos e os padrinhos. No caso de Rita, por exemplo, nota-se a marca identificadora da posição ocupada por ela,

nesta época, na estrutura social, como escrito *baptizou à Rita, escrava, filha de Maria, escrava*. A condição pode ser ressaltada nos adjetivos “pardo”, “crioulo”, “preto”. Essa mesma característica foi percebida também nos registros dos brancos, podendo aparecer a informação: “Thomaz, branco, filho do capitão”. Apenas para confirmar o que foi dito, segue um enxerto do fólio 58rº, do livro de batismo nº 03.

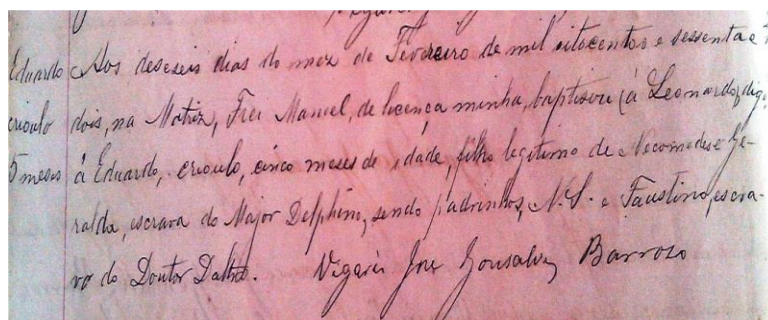
[f.58rº]

33.	Aos vinte e dous dias do mez de Março de mil oitocen-
Francisco,	tos e oitenta e cinco, baptizei á Francisco, ingenuo, nas-
ingenuo,	cido em oito de Outubro do anno passado, filho na-
com 5	tural de Marcelina, escrava de José Francisca da
mezes de	Fonseca, sendo padrinhos José Torquato dos Santos e
idade,	Nossa Senhora. E para constar, fiz este que assigno.
	O Vigario José Joaquim de Britto.

Os párocos realizam uma espécie de censo das comunidades com os dados anotados nos livros. Dessa forma, desenvolviam a contabilidade de todos os sujeitos que viviam nas cidades, representando um quantitativo em forma de “Mapa” populacional.

Em São Cristóvão, no séc. XVIII, a comunidade estava dividida em quatro grupos: brancos, pardos (ingênuos, libertos, cativos), pretos e índios. Observam-se no livro 03, os termos: mulato, caboclo, crioulo, podendo-se afirmar que no caso dos dois primeiros tratam-se dos mestiços e o último da origem do escravo, se este nascido ou no Brasil ou na África.

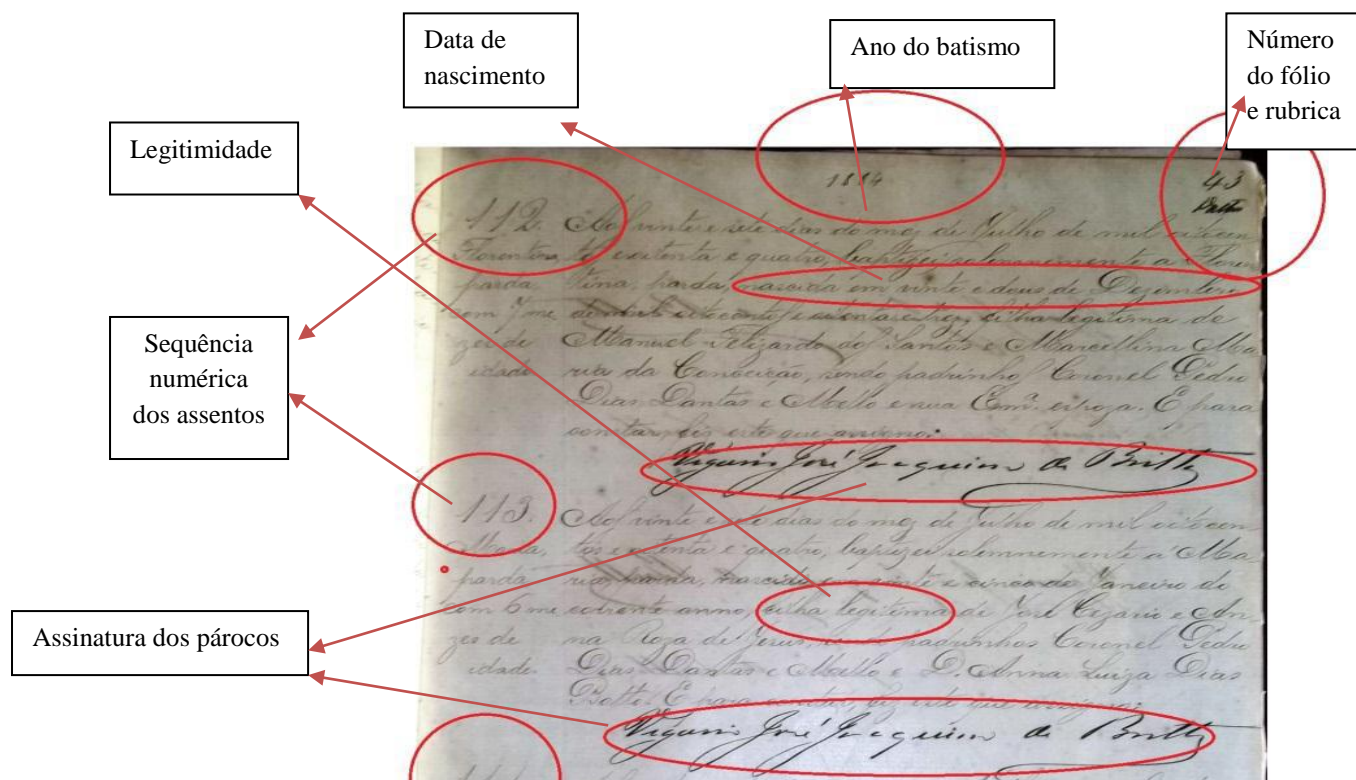
Figura 9 - Fragmento do assento de Eduardo (ES CRAVO/CRIOULO)



Fonte: arquivo paroquial Nossa Senhora da Vitória

Assim, de forma resumida podemos elencar todos os elementos intrínsecos no trecho abaixo:

Figura 10 - FÓLIO 43Rº, LIVRO 03 (LIVRE).



Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Quanto à estrutura física do livro, notam-se nesse que ele possui um total de 192 fólios, estando, entre eles, o termo de abertura e de encerramento, dispostos em uma coluna e margeados, contendo 33 linhas. Porém, notou-se que mais ou menos trinta páginas foram retiradas, perdendo-se parte da informação.

Os assentos de batismo foram datados entre 1883 e 1894, escrito com caneta-tinteiro, na cor preta. Há notas nas margens escritas a lápis e à caneta azul, sendo recentes. O papel utilizado é do tipo trapo, pois era esse tipo confeccionado no século XIX. Como a tinta tem em sua composição o ferro, tornando o papel ácido e também pelo tempo, notam-se um aspecto envelhecido, amarelado e amarronzado em algumas páginas. Contudo, mesmo apresentando essas características, o livro está em condições de uso, mas, precisando de uma restauração (MARTINS, 1996).

5.2.3 Óbito

A terceira tipologia investigada é o registro de óbito. Como os demais livros de registro, o de óbito mantém um padrão no seu formato textual. As exéquias ou o

sepultamento é a cerimônia que está ligada ao ciclo da vida do homem: nascer – crescer – desenvolver e morrer. Assim como o batismo que inicia a vida do homem na fé, o sepultamento o finaliza.

A morte, para os autores Karl Rahner e Herbert Vorgrimler (1961), é um acontecimento natural e às vezes pessoal. É natural, porque faz parte do ciclo da vida, como anteriormente afirmado, o que nasce também morre. Já a questão pessoal está voltada para a razão e consciência do ser humano, podendo este escolher se quer ou não morrer, ou seja, faz parte do sujeito e da sua vontade, como por exemplo, o suicídio.

Como em todos os livros de registros paroquiais, nota-se que o padrão de escrita e a informação desta temática são idênticos. Como se pode observar nas ilustrações abaixo:

Figuras 11 e 12 - Fólio 1Rº, livro 04 (óbito) e transcrição do recto.

<p>Aos doze de Março de mil novecentos e trinta e cinco, faleceu Helena dos Santos, com a idade de 74 anos (setenta e quatro anos) filha legítima de Horácio dos Santos e Libânia dos Santos, casada com Luirino Ramos. Não recebeu os santos sacramentos por ser morte repentina.</p> <p>Aos vinte e dois de Março de mil novecentos e trinta e cinco, confortada com os santos sacramentos, faleceu Francisca de Paiva Monteiro, com a idade de cinquenta e oito anos, filha legítima de José Francisco de Paiva e Emília Francisca de Paiva, viúva de Horácio Pio Monteiro.</p> <p>Aos quatro de abril de mil novecentos e trinta e cinco, faleceu Caetano do Espírito Santo, com a idade de oitenta e dois anos, confortado com os santos sacramentos. Viúvo de Maria Berila do Rosário.</p> <p>Aos sete de abril de mil novecentos e trinta e cinco, faleceu João Lourenço de Amorim, confortado com os santos sacramentos. Tinha a idade de cinquenta e dois anos, filho legítimo de Saturnino José de Amorim e Servina Tereza de Jesus.</p> <p>Aos nove de abril de mil novecentos e trinta e cinco, não confortada com os santos sacramentos, faleceu Flora Maria da Conceição com a idade de cinquenta anos, casada com Cândido José dos Santos.</p> <p>Aos doze de abril de mil novecentos e trinta e cinco, confortado com os santos sacramentos, faleceu Severo Bispo, com a idade de oitenta anos, casado com Josefa da Pureza.</p> <p>Aos dezasseis de abril de mil novecentos e trinta e cinco, confortada com os santos sacramentos, faleceu Maria Ambrosina com a idade de quarenta anos, filha legítima de José Firmino dos Santos e Maria Laurinda, casada com Manoel Francisco.</p> <p>Aos dezanove de abril de mil novecentos e trinta e cinco, confortado com os santos sacramentos, faleceu Thomaz</p>	<p>5</p> <p>Francisca</p> <p>10</p> <p>Caetano</p> <p>15</p> <p>João Lourenço</p> <p>20</p> <p>Flora Maria</p> <p>25</p> <p>Severo</p> <p>30</p> <p>Maria Ambrosina</p> <p>Thomaz</p>	<p>[f. 1rº]</p> <p>Helena dos Santos</p> <p>Francisca</p> <p>Caetano</p> <p>João Lourenço</p> <p>Flora Maria</p> <p>Severo</p> <p>Maria Ambrosina</p> <p>Thomaz</p>
---	---	---

Fonte: Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Nas figuras acima, notam-se nos dados, que quando a pessoa falece é registrado no livro se ela recebeu ou não os santos sacramentos, além de informar o nome do falecido (a), sua idade, filiação e condição civil. Para o sepultamento, diz o § 2. do Cãnone 1176, que

[...] as exéquias eclesiásticas, com as quais a Igreja suplica para os defuntos o auxílio espiritual, honra seus corpos e, ao mesmo tempo, dá aos vivos o consolo da esperança, sejam celebradas de acordo com as leis litúrgicas (CDC, 1176, p. 167).

Percebe-se, assim, que as cerimônias, tendo sido autorizadas, são realizadas na Igreja que a pessoa frequentou, podendo, haver exceções. Após os atos litúrgicos, deve-se documentar o óbito nos livros.

Quanto ao aspecto e descrição, o livro possui 100 fólios, numerados por carimbo a partir do primeiro, com o recto e o verso escritos em uma coluna, incluindo as margens até o recto do fólio 75. O livro é datado do ano de 1929 e vai até 1967, sendo-lhe atribuído o número de chamada 04. Na questão da estrutura interna, o livro possui um termo de abertura. Observou-se que as folhas são amarronzadas e estão em excelente estado de conservação. O papel é do tipo almaço, contendo 33 (trinta e três) linhas.

5.2.4 Casamento

O registro de casamento é outro tipo documental paroquial. A cerimônia é o último sacramento, a qual as pessoas se comprometem. A celebração do matrimônio, segundo o Cân. 1057, § 2, diz que “o consentimento matrimonial é o ato de vontade pelo qual um homem e uma mulher, por aliança irrevogável, se entregam e se recebem mutuamente para constituir o matrimônio” (CDC, 1057, p. 152).

A função dos registros matrimoniais é comprovar a veracidade dos atos litúrgicos. Para a celebração, os noivos devem preparar uma documentação e dar início ao processo de habilitação de casamento, que será abordado mais adiante. Após isso, os noivos passam por um curso, entrevista para finalmente participarem da cerimônia.

Quanto aos aspectos extrínsecos, o livro 10 de casamento possui 200 fólios, numerados por carimbo a partir do primeiro, com o recto e o verso escritos em uma coluna, incluindo as margens até o recto do fólio 191. O livro é datado do ano de 1987 e ainda têm páginas em branco que são utilizadas para o registro do casamento nos dias de hoje. O papel é do tipo almaço, contendo 42 (quarenta e duas) linhas.

O livro foi adquirido já padronizado, com o limite de 02 (dois) assentos em cada fólio. Observa-se que a escrita foi feita a lápis, caneta azul e preta, incluindo as

margens. Na questão da estrutura interna, o livro possui um termo de abertura, com as folhas brancas e excelente estado de conservação, como se verá abaixo:

Figura 13 - Fólio 01, recto do Livro de Casamento 10

<p>23) <u>João Cardoso</u> <u>Maria José da</u> <u>Nascimento Pereira</u></p>	<p>Aos <u>cinco</u> dias do mês <u>junho</u> do ano de mil novecentos e <u>oito</u> e <u>sete</u>, às <u>dois</u> horas, nesta Matriz de <u>São Cristóvão</u>, depois das denúncias canônicas e mais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum por palavras de presentes, na forma do Ritual, na presença do Padre <u>Frei Martinho Francisco Marques Aguiar</u> e na das testemunhas <u>João Pereira Costa</u> e <u>Helena Maria Barreto Costa</u> receberam-se em matrimônio <u>João Cardoso</u> e <u>Maria José da Nascimento Pereira</u>. Ele, <u>João</u> com <u>cinco</u> e <u>sete</u> anos de idade, filho de <u>João da Prata Cardoso</u> e <u>Maria Francisca da Silva</u>, nascido em <u>São Cristóvão</u>, batizado em <u>São Cristóvão</u> e residente em <u>São Cristóvão</u>. Ela, <u>Maria</u> com <u>cinco</u> e <u>sete</u> anos de idade, filha de <u>João Pereira da Nascimento</u> e <u>Maria dos Santos</u>, nascida em <u>São Cristóvão</u>, batizada em <u>São Cristóvão</u> e residente em <u>São Cristóvão</u>. E para constar mandei lavrar este assento que assino. O Pároco <u>Frei Martinho F. Marques Aguiar</u></p>
<p>24) <u>João Antônio Aguiar</u> <u>Ana Cristiana</u> <u>Nascimento Pereira</u></p>	<p>Aos <u>cinco</u> dias do mês <u>junho</u> do ano de mil novecentos e <u>oito</u> e <u>sete</u>, às <u>dois</u> horas, nesta Matriz de <u>São Cristóvão</u>, depois das denúncias canônicas e mais formalidades prescritas, não aparecendo impedimento algum por palavras de presentes, na forma do Ritual, na presença do Padre <u>Frei Martinho Francisco Marques Aguiar</u> e na das testemunhas <u>Antônio Gilberto Pereira da Almeida</u> e <u>Maria Antônia de Almeida</u> receberam-se em matrimônio <u>João Antônio Aguiar</u> e <u>Ana Cristiana Nascimento Pereira</u>. Ele, <u>João</u> com <u>cinco</u> e <u>sete</u> anos de idade, filho de <u>Manoel Rodrigues</u> e <u>Maria Francisca Aguiar</u>, nascido em <u>Anacajás</u>, batizado em <u>Anacajás</u> e residente em <u>São Cristóvão</u>. Ela, <u>Maria</u> com <u>cinco</u> e <u>sete</u> anos de idade, filha de <u>João Pereira Pereira</u> e <u>Maria Nascimento Pereira</u>, nascida em <u>São Cristóvão</u>, batizada em <u>São Cristóvão</u> e residente em <u>São Cristóvão</u>. E para constar mandei lavrar este assento que assino. O Pároco <u>Frei Martinho F. Marques Aguiar</u></p>

Fonte: Arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória.

Quanto às informações, percebem-se uma padronização feita pela gráfica quando se observa a estrutura do livro. Para cada fólio dois assentos foram registrados. Na margem esquerda se escrevem o número do assento, nome completo dos noivos e algumas notas sobre o batismo de ambos e suas paróquias.

Anotam-se a data, a paróquia, o nome completo do padre responsável pela celebração, o nome de duas testemunhas, o nome completo dos noivos, a condição civil atual de cada um, a idade, filiação, local de nascimento, de batismo e de residência. Ao final de cada fólio contém a assinatura do pároco. Esses dados são necessários, pois o intuito é comprovar que os noivos estejam batizados, crismados e, portanto, doutrinados no catolicismo.

O sacramento do matrimônio, segundo as Constituições Primeiras¹⁸ é “um contrato com vínculo perpetuo e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregam um ao outro”. É a simbologia do compromisso, da aliança entre Deus e sua Igreja.

5.2.5 Processo de habilitação matrimonial

O processo matrimonial é o último conjunto documental analisado, estando incluídos mais outros nove gêneros diferentes na estrutura, que se relacionam entre si. Como sabemos, o casamento é um sacramento que remete ao compromisso dos noivos com Deus, a Igreja e a comunidade. O processo possui duas capas: da frente e do fundo, contendo informações. Na capa da frente, os ‘Proclamas matrimoniais’ encabeça a primeira tipologia, como apresentado na figura abaixo:

Figuras 14 e 15 - Processo de Habilitação de Casamento

ARQUIDIOCESE DE ARACAJU
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
PROCLAMAS MATRIMONIAIS

Documentos apresentados

1. Certidão de Batismo do Nubente:
 Liv. 02, Fls. 121, Nº 1028
 Arquidiocese de Aracaju - Paróquia de Nossa Senhora da Vitória - São Cristóvão-Sergipe.

2. Certidão de Batismo da Nubente:
 Liv. 33, Fls. 124, Nº 431
 Arquidiocese de Aracaju - Paróquia Nossa Senhora da Vitória - São Cristóvão-Sergipe.

3. Certidão de Óbito do Nubente:
 Liv. ____ Fls. ____ Nº ____
 Ano de ____
 Cartório ____

4. Certidão de Óbito da Nubente:
 Liv. ____ Fls. ____ Nº ____
 Ano de ____
 Cartório ____

Arvore de Parentesco
 Dispensa de ____
 Aos ____/____/____

Nubentes Vivos

Ele, solteiro
 filho de **CLAUDEMIR PINHEIRO SANTOS** Com 22 anos de idade,
 e de **MARIA DO CARMO ALVES SANTOS** Com 22 anos de idade,
 natural de **ARACAJU** Estado de Sergipe residente em
 em **PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA** (Paróquia)

Ela, solteira
 filha de **ELIEZER SOUZA LOUZADA** Com 28 anos de idade,
 e de **TEREZA CÉLIA PRADO LOUZADA** Com 28 anos de idade,
 natural de **ARACAJU** Estado de Sergipe residente em
 em **PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA** (Paróquia)

Se alguém souber de algum motivo pelo qual este casamento não deva realizar-se, é obrigado, em consciência, a declarar ao Revmo. Pároco.

TERMO DE CASAMENTO

Em ____ de ____ de 2013, na Paróquia NOSSA SENHORA DO ENSIMO, desta Paróquia, em minha presença e na dos testemunhas abaixo declarados, receberam-se em matrimônio os nubentes supra mencionados e deu-lhes a bênção nupcial.

Expos: ____
 Expos: ____

1. Testemunha: **Francisco de Assis**
 2. Testemunha: **Francisco de Assis**

Matou, Nossa Senhora da Vitória, em São Cristóvão, ____ de ____ de 2013.

Secretaria Paroquial
 Reg. No Livro ____ Fls. ____ Nº ____
 Tamo RS ____ de ____ de 2013.

Observações:

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Como se nota, o processo é uma forma de dossiê pessoal dos noivos. Sua função é habilitá-los para a realização da cerimônia do casamento. O documento é datado de 2013, sendo recente. Nele constam os documentos apresentados, como a certidão de batismo dos noivos e o nome das paróquias que eles fazem parte; caso um

¹⁸ CONSTITUIÇÕES Primeiras, 1853, p.141.

dos noivos ou ambos estejam na situação ‘viúvo (a)’, serão anotados os dados do conjugue falecido (a). Ainda informa o nome da paróquia em que os noivos deram entrada ao processo, sendo neste caso, a Nossa Senhora da Vitória, cidade, datas de entrada do processo, da entrevista e do curso de noivos, além da data de celebração, horário e paróquia. Abaixo, diz o nome completo dos noivos e informações pessoais de ambos. Na capa do fundo contêm a certidão de habilitação, autorização do pároco a outro padre para celebrar o casamento, o termo de casamento, com as assinaturas dos noivos e testemunhas, valor do documento, número do livro em que foi assentado o casamento. Outros documentos que serão apresentados abaixo fazem parte do dossiê processual comentado acima.

Figura 16 - Ficha de casamento

ARQUIDIOCESE DE ARACAJU
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
SÃO CRISTÓVÃO-SE

FICHA DE CASAMENTO

NOIVO: _____ Fone: _____
 NOIVA: _____ Fone: _____
 DATA 16/03/2013 HORÁRIO 20:00
 IGREJA Nossa Senhora do Carmo
 CELEBRANTE(OFICIANTE) Frei Celmário Bezerra de Aguiar

DATA DE CONFISSÃO: 1/1 HORÁRIO _____
 Entrevista: 08/03/2013

SÃO CRISTÓVÃO, _____ DE _____ DE 20 ____.

RESPONSÁVEL _____

Praça Dr. Getúlio Vargas, 328
 Fone: (79) 3261-1152
 São Cristóvão - Sergipe

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Na ficha de casamento é recomendado aos noivos que a preencham com seus dados: nome, telefone de contato, data da celebração, horário, paróquia e nome do celebrante, sendo acrescentada a data da entrevista aos noivos.

A entrevista é realizada com os noivos de forma separada, mas fazendo as mesmas perguntas a ambos. O intuito é verificar e comparar as informações. Os noivos são questionados quanto ao batismo, crisma, se fez primeira comunhão, o tempo de namoro e noivado, se já foram casados no religioso e no civil com outras pessoas, se têm filhos, se são parentes, se são católicos, finalizando com a questão do que os motivaram para se unirem. Seguem as entrevistas dele e dela, sendo observadas as mesmas respostas.

Figuras 17 e 18 - Entrevistas aos noivos

Arquidiocese de Aracaju
Praça Olímpio Campos, 228 - Centro - CEP 49010-040 - Aracaju-SE
Fone: (0xx79) 3216-3000 - 3214.0058 - Fone/Fax: (0xx79) 3216-3013
E-mail: comunicacao@arquidiocese-aracaju.org Site: www.arquidiocese-aracaju.org

ENTREVISTA

Ele: _____
RG: _____ CPF: _____ Nasc. 13/06/1985
Endereço: _____
Ela: _____
RG: _____ CPF: _____ Nasc. 11/10/1984
Endereço: _____
Aceita os fins do matrimônio: o bem do casal e geração e educação da prole? Sim
Aceita as Propriedades do matrimônio: Unidade e Indissolubilidade? Sim
É Batizado? Sim Fez Primeira Comunhão? Sim É Crismado? Sim
Tempo de namoro: dois anos e cinco meses Tempo de Noivado: meses poucos
Já foi casado alguma vez? Religioso? mas Civil? mas
Se já. Comprovante de nulidade (religioso) e de Divorcio (civil) anexar
Tem Filhos? mas
É parente do Noivo/Noiva? mas É viúvo(a) mas (anexar óbito)
Religião Católica Apostólica Rito Romano
Quais as motivações/intenções que levam a tomar a decisão de casar no religioso?
Por amor e fé
Casa-se com Liberdade? Sim

Noivo _____ Noiva _____

Arquidiocese de Aracaju
Praça Olímpio Campos, 228 - Centro - CEP 49010-040 - Aracaju-SE
Fone: (0xx79) 3216-3000 - 3214.0058 - Fone/Fax: (0xx79) 3216-3013
E-mail: comunicacao@arquidiocese-aracaju.org Site: www.arquidiocese-aracaju.org

ENTREVISTA

Ela: _____
RG: _____ CPF: _____ Nasc. 13/06/1985
Endereço: _____
Ele: _____
RG: _____ CPF: _____ Nasc. 11/10/1984
Endereço: _____
Aceita os fins do matrimônio: o bem do casal e geração e educação da prole? Sim
Aceita as Propriedades do matrimônio: Unidade e Indissolubilidade? Sim
É Batizado? Sim Fez Primeira Comunhão? Sim É Crismado? mas
Tempo de namoro: dois anos e cinco meses Tempo de Noivado: meses poucos
Já foi casado alguma vez? Religioso? mas Civil? mas
Se já. Comprovante de nulidade (religioso) e de Divorcio (civil) anexar
Tem Filhos? mas
É parente do Noivo/Noiva? mas É viúvo(a) mas (anexar óbito)
Religião Católica Apostólica Rito Romano
Quais as motivações/intenções que levam a tomar a decisão de casar no religioso?
Sempre teve vontade de casar-se no civil e no religioso
Casa-se com Liberdade? Sim

Noivo _____ Noiva _____

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Outro documento importante é a certidão de habilitação. Sua função é confirmar o casamento religioso com efeito civil. Os noivos levam ao cartório os documentos que comprovam a habilitação e autorização do processo aberto na paróquia. Após o registro, os noivos levam esse documento para a realização da certidão de casamento no religioso com validação do civil. Neste documento já constam o regime

de comunhão de bens e a alteração do sobrenome da noiva. Isso é afirmado nos artigos 67 e 71 da Lei nº 6.216, de 1975, que

Art. 67. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.

Art. 71. Os nubentes habilitados para o casamento poderão pedir ao oficial que lhe forneça a respectiva certidão, para se casarem perante autoridade ou ministro religioso, nela mencionando o prazo legal de validade da habilitação.

Figura 19 - Certidão de habilitação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO
COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO/SERGIPE
MARIA DE FÁTIMA ARAGÃO PRADO

Certifico que aos 23 dias do mês de janeiro de 2013, em Cartório, requereram habilitação para casamento:

Ele, solteiro, de Profissão: empresário, nascido em Aracaju/SE, aos 13 de junho de 1985, com 27 anos de idade, domiciliado e residente em Pinheiro Santos e de D. Maria do Carmo Alves Santos, filho de Claudemir

Ela, solteira, de Profissão: costureira, nascida em Aracaju/SE, aos 11 de outubro de 1984, com 28 anos de idade, domiciliada e residente em Louzada e de D. Tereza Célia Prado Louzada, filha de Eliezer Souza

Publicado aos 23 de janeiro de 2013 o edital de proclamas e afixado no lugar de costume, tendo decorrido o prazo legal sem ter aparecido oposição ou impedimento matrimonial, pelo que se acham habilitados para casarem na Igreja Católica.

O casamento será realizado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens.

E a contrainte passará a adotar o nome de: Maria de Fátima Aragão Prado

Apresentaram, para a habilitação legal, os documentos exigidos pelo art. 1.525 nº 1, 2 e 4, do Código Civil Brasileiro em vigor, seguinte:

Com vistas aos autos, o ilustre Órgão do Ministério Público nada teve a opor. O referido é verdade e dou fé.

Eu, Maria de Fátima Aragão Prado, Escrivã de Paz e Oficial do Registro Civil, subscrevo, dato e assino.

São Cristóvão, 07 de março de 2013.

Maria de Fátima Aragão Prado
OFICIAL

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
 São Cristóvão - Sergipe
 Maria de Fátima Aragão Prado
 Oficial de Reg. Civil e Documentos
 Antonietta Lezina Aragão Prado Lima
 Escrevente

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Após a expedição da certidão de habilitação, os noivos podem solicitar à igreja na figura do padre que o assento seja registrado, assinado pelo oficial recomendado, dos cônjuges e das suas testemunhas.

O termo de casamento religioso com efeito civil é um comprovante já autorizado pelo padre para a celebração do casamento religioso. Após a entrega da certidão de habilitação emitida pelo cartório, os noivos se apresentam diante do padre, levando suas testemunhas. Ainda o termo se faz referência ao “rito religioso”. Diz no seu Art. 2º da Lei 1.110, de 23 de maio de 1950, que

terminada a habilitação para o casamento perante o oficial do registro civil (Código Civil artigos 180 a 182 e seu parágrafo) é facultado aos nubentes, para se casarem perante a autoridade civil ou ministro religioso requerer a certidão de que estão habilitados na forma da lei civil, deixando-a obrigatoriamente em poder da autoridade celebrante, para ser arquivada.

A imagem, a seguir, refere-se ao termo emitido pela Igreja Matriz de São Cristóvão.

Figura 20 - Termo de casamento religioso com efeito civil

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
ARQUIDIOCESE DE ARACAJU
Estado de Sergipe

TERMO DE CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITOS CIVIS

Às 20:00 horas do dia 16 do mês de MARÇO do ano de 2013, Na Igreja Nossa Senhora do Carmo, nesta Paróquia em lugar acessível a qualquer pessoa, de portas abertas, perante mim **FREI CIDMÁRIO BEZERRA DE ARRUDA, O. CARM.**

E na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, todas capazes, após haverem afirmados o propósito de se casarem livremente e de espontânea vontade, receberam-se em matrimônio, pelo regime de **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.**

Os nubentes:

NOIVO – _____
NOIVA – _____

Ele natural de Aracaju - Sergipe, nascido no dia 13 de junho de 1985. Profissão: **EMPRESÁRIO**, filho de **CLAUDEMIR PINHEIRO SANTOS E MARIA DO CARMO ALVES SANTOS.**

Ela natural de Aracaju - Sergipe, nascida no dia 11 de outubro de 1984. Profissão: **CONTADORA** filha de **ELIEZER SOUZA LOUZADA E TEREZA CÉLIA PRADO LOUZADA.**

A nubente passará adotar o nome _____

Os nubentes apresentaram certidão de habilitação civil do cartório do 3º Ofício da Cidade de São Cristóvão, do dia 07 DE MARÇO DE 2013.

O casamento foi celebrado segundo o rito católico, sem impedimentos e nos termos da Lei nº 1.110, de 23 de maio de 1950, complementada pela lei 6015, de 31 de dezembro de 1973.

E para constar, lavrei o presente em duas vias, assinadas por mim, pelos cônjuges e pelas testemunhas.

São Cristóvão, 16 de MARÇO de 2013.

Oficiante: Frei Cidmário Bezerra de Arruda, O. Carm.

Nubentes: _____

Testemunhas: Frei Cidmário Bezerra de Arruda, O. Carm.
Frei Cidmário Bezerra de Arruda, O. Carm.

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

A declaração de comparecimento é um documento emitido pelo cartório para informar que os noivos foram lá e deram entrada ao processo de habilitação do casamento religioso com efeito civil. Sua função foi apenas informar aos responsáveis pela administração da igreja que os noivos haviam ido ao cartório solicitar a certidão de habilitação que autoriza a emissão da certidão pela paróquia já com os dados do civil.

Figura 21 - certidão de comparecimento

**REGISTRO CIVIL
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE**

DECLARAÇÃO

Declaro para todos os fins de direito que no dia 21/01/2013, [redacted] brasileiro, solteiro, portador da C.I nº [redacted] SSP/SE, compareceu neste Cartório de Registro Civil, acompanhado por sua noiva [redacted] brasileira, solteira, portadora da C.I nº [redacted] SSP/SE, residentes neste município de São Cristóvão/SE, para dar entrada na Habilitação do Casamento Religioso com Efeito Civil, o qual está em andamento.

São Cristóvão (SE), 21 de janeiro de 2013


[Assinatura]
Maria de Fátima Araújo Prado
Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO
São Cristóvão - Sergipe
Maria de Fátima Araújo Prado
Oficial de Reg. Civil, Títulos e Documentos
Antonietta Leão Araújo Prado Lima
Escriturante

Fonte: Arquivo paroquial Nossa Senhora da Vitória

Outros documentos foram necessários apresentar na paróquia para dar continuidade aos proclamas. Por isso, foram incluídas as certidões de batismo dos noivos. Na primeira ilustração apresenta a certidão de batismo do noivo emitida pela paróquia Nossa Senhora do Carmo. Isso foi necessário porque a paróquia que abriu o processo não dispunha dos seus dados de batismo, como o número do assento, o número do livro e ano, nome do noivo, dos seus pais e padrinhos. Já a segunda ilustração é a certidão de batismo, propriamente dita, emitida pela paróquia Nossa Senhora da Vitória.

Figuras 22 e 23 - Certidões de batismo dos noivos



CERTIDÃO DE BATISMO PARA EFEITOS MATRIMONIAIS

CERTIFICO que no livro n.º 02 de assentamento de batizados desta Paróquia, a fls. 171 e sob o n.º 1026 consta que aos 13 dias do mês de outubro do ano 1985, foi batizado solenemente _____ na Matriz de Nossa Senhora do Carmo - Carmópolis/SE. Filho de Claudemir Pinheiro dos Santos e Maria do Carmo Alves Santos, tendo como Padrinhos Manuel Messias da Paixão e Maria José Alves da Paixão e celebrante Pe. Luiz Dotto, do que dou fé.

Matriz de Nossa Senhora do Carmo de Carmópolis,
14 de Janeiro do ano 2013.

Obs.: Válida por 6 meses

Frei Paulo F. de Moura, O.F.M.
Paróquia Paroquia de Nossa S. do Carmo
Administrador Paroquial

Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Praça 15 de Outubro - Carmópolis (SE), CEP 46740-000 - Fone (35) 371 1821 (20px) - 13.040.521/0007-47

PARÓQUIA DE N. Sra. DA VITÓRIA
49.100 — SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE

CERTIDÃO DE BATISMO

O vigário da paróquia de N. Sra. da Vitória, em São Cristóvão, certifica que revendo os livros de assentamento de Batismo desta Paróquia, encontrou no livro 33 folha 194 v. n.º 431 o assentamento do teor seguinte:

Aos vinte e um de outubro mil novecentos e oitenta e quatro Igreja Matriz o Revmo. Frei Martinho batizou solenemente a _____ nascida a 11 de outubro de 1984 filha a de _____ e de _____

Foram padrinhos João Carlos Lima Souza e Maria Inês Barbosa Santos Barbosa

Do que para constar foi lavrado este termo que assino,
Frei Martinho F. Marques, O.F.M.
O Vigário

Nada mais consta no dito termo o qual foi fielmente copiado do original

Pe. Elde Sacerdotes
São Cristóvão aos 27 de fevereiro de 2013

O Vigário
Pe. Williams Oliveira Lima
Pároco

Fonte: Arquivo paroquial Nossa Senhora da Vitória

O Termo de adesão para celebração do sacramento do matrimônio é outra tipologia analisada. Seu objetivo é apresentar algumas normas aos noivos no dia da celebração. Ela é emitida sempre pelas Arquidioceses. Os dados apresentados neste documento correspondem às sete normas que os nubentes devem saber antes do sacramento ser realizado, tomando ciência delas, eles assinam.

Figura 24 - Termo de adesão para celebração do sacramento do matrimônio

Arquidiocese de Aracaju
Praça Olímpio Campos, 228 - Centro - CEP 49010-040 - Aracaju-SE
Fone: (0xx79) 3216-3000 - 3214.0058 - Fone/Fax: (0xx79) 3216-3013
E-mail: comunicao@arquiocese-aracaju.org - Site: www.arquiocese-aracaju.org

TERMO DE ADESÃO PARA CELEBRAÇÃO DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO.

Nós _____ e _____

Através deste termo, temos pleno e total conhecimento das normas para a celebração do sacramento do matrimônio pelo Revm^o. Padre desta Paróquia. As mesmas são:

- 1- A celebração acontecerá no horário marcado, às _____ sem motivo de atraso.
- 2- O atraso implica que a celebração acontecerá após um segundo casamento (se houver). O contrário implica redução do horário de permanência no templo.
- 3- O tempo da celebração é em torno de 30 minutos. Os outros 30 minutos são para as fotos.
- 4- A veste da noiva deve expressar a beleza interior: significa que o corpo é templo do Espírito Santo e deve-se zelar pelo caráter da pessoa como batizado. O mesmo aplica-se aos casais para serem testemunhas.
- 5- Não é permitido usar fita adesiva ou grampo nos bancos, caso use enfeites decorativos.
- 6- Não é permitido retirar as cadeiras do presbitério. Mesmo que o celebrante não seja o padre.
- 7- Não é permitido decorar o altar com toalhas que não sejam as da Igreja, nem tampouco colocar arranjos florais sobre o altar.

Noivo

Noiva

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

O certificado é um documento emitido pelas paróquias, cujo intuito é confirmar que os noivos participaram do curso de noivos. O curso é realizado em apenas um dia, na paróquia que deram entrada nos proclamas matrimoniais.

Figura 25 - Certificado de curso para noivos

Paróquia Nossa Senhora da Vitória
Pastoral dos Noivos

CERTIFICADO

CERTIFICO QUE O CASAL

E _____

Participou do CURSO DE NOIVOS, realizado no dia 09/03/2013.

Jackson M. Sales E Jma Alice Co. Santos Sales
COORDENADORES

Pe. William Oliveira Lima
Pároco

"O que Deus uniu...
... não separe o homem."

Fonte: arquivo paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Sabe-se que os cursos para noivos geralmente são ministrados pelos padres, mas quando esses não podem realizar autorizam os seus assistentes. Diante do que foi visto e analisado neste item, pode-se compreender a importância destas tipologias, concluindo que as coleções só possuem valor quando estão em conjunto, como um todo. Entende-se também que as informações documentais produzidas pelas paróquias ao longo dos anos, desde a implantação, no Brasil, cumpriram os seus objetivos, quais sejam: comprovar e demonstrar as atividades exercidas pela Igreja Católica na comunidade de São Cristóvão. Além de perceber o zelo dos administradores da paróquia de Nossa Senhora da Vitória quanto ao empréstimo, consulta e conservação de tais memórias documentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo verificou-se que no Arquivo Eclesiástico da Matriz de Nossa Senhora da Vitória as tipologias documentais analisadas dizem respeito a manuscritos de cunho religioso que guarda a história social na região de São Cristóvão. Embora, sabendo-se que o Arquivo Paroquial é regido pelo Código de Direito Canônico e pela Legislação Diocesana de cada região, observou-se que os materiais arquivados na Igreja Matriz, também conhecida como Igreja Nossa Senhora da Vitória, necessitam de organização e manuseios de técnicas de conservação para que os mesmos perdurem por mais tempo.

Todo o material coletado e analisado encontra-se em um acervo localizado na secretaria paroquial da referida Igreja, o qual é constituído de um conjunto de livros e documentações manuscritas de assuntos variados, a saber, livros de batizado, casamento, óbito, crisma, tombo, mapas populacionais, cartas oficiais, processos de casamentos. Sendo fontes de informações importantes, pois perpassam décadas, desde a colonização brasileira, sobretudo da história de Sergipe.

A conservação desse acervo merece atenção, uma vez que, a guarda deste material está atualmente a cargo da administração paroquial, a qual desconhece de acordo as observações feitas durante o desenvolvimento desta pesquisa, de estratégias e técnicas da arquivística, necessárias para a manutenção desses documentos, sendo necessária a realização da catalogação e guarda permanente.

Durante a pesquisa foram identificadas as tipologias documentais, de modo que, cada um dos documentos paroquiais selecionados, possui uma característica própria que permite diferenciá-los uns dos outros. Os selos, o tipo de escrita e o conteúdo são elementos capazes de determinar a tipologia documental, como por exemplo, textos jurídicos, textos religiosos, textos literários. Nesta pesquisa, portanto, os documentos analisados foram textos religiosos do tipo processo de habilitação de casamento e livros paroquiais de crisma, de batismos, de óbitos e de casamentos.

De modo que, todos esses documentos, além de serem religiosos, são considerados também documentos oficiais, pois a Igreja Católica figurou como órgão público juntamente ao governo de muitas cidades do Brasil, sendo este o caso da Igreja Matriz de São Cristóvão/Sergipe. Sendo assim, essa Igreja serviu como um tabelionato, pois as pessoas registravam seus filhos, suas posses e seus nomes.

Uma vez que, esse arquivo da igreja supramencionada é regido segundo as diretrizes do Código Canônico, pode ser caracterizado ou mesmo dividido em arquivo diocesano (secreto, histórico e que diz respeito apenas à instituição católica), arquivo paroquial, arquivo colegiado, arquivo de fundações pias, arquivo de outras igrejas do território e arquivo de igrejas catedrais.

Os livros analisados datam do período de 1883 a 2013, o que mostram as anotações frequentes do século XXI. Ao analisá-los, foi levada em consideração a situação física desses documentos. Na sequência, foi identificada a série documental e aplicado às normas arquivísticas, além disso, foram feitas entrevistas com funcionários da igreja e utilizados autores para dar suportes aos resultados alcançados. De modo que, a tipologia diagnosticada no material analisado é do tipo paroquial e eclesiástico.

Assim, os resultados mostraram que os documentos inacessíveis ao público são importantes devido ao seu valor histórico, sendo por isso importante sua conservação seguindo as regras da arquivística. Desse modo, a igreja necessita capacitar os seus funcionários no aprendizado de técnicas de conservação e arquivo, ou mesmo liberar o acesso desses textos ao público, como uma forma de aumentar o imaginário coletivo da região.

REFERÊNCIAS

1- Fonte de documentação manuscrita:

ARQUIVO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. **Livro de batizado**. São Cristóvão/SE: 1882 à 1894. (manuscrito). N° 03.

ARQUIVO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. **Livro de crisma**. São Cristóvão/SE: 1921 à 1929. (manuscrito). N° 01.

ARQUIVO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. **Livro de casamento**. São Cristóvão/SE: 1987 à atual. (datilografado). N° 10.

ARQUIVO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. **Livro de óbito**. São Cristóvão/SE: 1935 à 1967. (manuscrito). N° 04.

ARQUIVO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA VITÓRIA. **Processo de habilitação matrimonial**. São Cristóvão/SE: 2013. (datilografado).

2- Referências Bibliográficas, Artigos Científicos e Anais:

ARQUIDIOCESE DE SETÚBAL. **Constituições Diocesanas**. Disponível em: <<http://www.educris.com/v2/diocesenes/17>>. Acesso em 15 de mar de 2016.

ABIB, Jamil Nassif, Mons. "Mesa 3: Arquivos Eclesiásticos". **Anais Eletrônicos da Mesa Redonda Nacional de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/debates_portugus.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

ABREU, José Paulo. A Igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983. In: ROSA, Maria Lourdes; FONTES, Paulo F. O. (Org.). **Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2000. p. 27-162.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos**. Recife: UFPE/Massangana, 1994.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago., 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Melania/Downloads/28215-101076-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Melania/Downloads/28215-101076-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. História, memória e turismo nas Igrejas do Centro Antigo em São Cristóvão/SE. **Memórias Rurais e Urbanas** – v. 28, n. 42 (Jun/2015). Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2020/1597>>. Acesso em: 30 de ago 2016.

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. 1993. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>. Acesso em: 25 de ago 2016.

AZEVEDO, César Romero; ARAGÃO, Sibele Marques de. **Holandeses e o Nordeste Brasileiro**. UFPE, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Vol. 8. São Paulo: Arquivo do Estado, imprensa oficial, 2002.

BRAGA, Marcelle D.C.; PIRES, Maria do Carmo. Legitimidade e formação social na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo no Século XVIII. In: III Simpósio ILB – Itinerários da Pesquisa Histórica Métodos, Fontes e Campos Temáticos, 2010, Ouro Preto/MG: **Anais do III simpósio impérios e lugares no Brasil**, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimpósio/anaisilb.htm>>. Acesso: 02 jan. 2016.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARMO, Jeovania Silva do. **Nas lentes da filologia: edição semidiplomática de registros batismais de filhos de escravos da Chapada Diamantina – BA**. Salvador: Quarteto, 2015.

CARVALHO, Eliane M. S. F. **São Cristóvão e seus monumentos: 400 anos de história**. São Cristóvão: Secretaria de Estadual de Educação, 1989. (Folhetos).

CASSARES, Norma Cianflone; TANAKA, Ana Paula Hirata (Org.). **Preservação de acervos bibliográficos: homenagem a Guita Mindlin**. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CINFORME. **História dos municípios**. Edição histórica. Aracaju: Cinform, 2002.

CONJUREIRA, Lindaure Alban. **Conserve e restaure seus documentos**. Salvador: Itapuã, 1971.

CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1707), 2ª edição. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro, 1853.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2009.

DOMINUS VOBISCUM. **Archivos secretos eclesiásticos**, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1994/1/2858-16718-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2016.

FERREIRA, Teresa Duarte; SANTANA, Ana Cristina. **O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação: a experiência da Biblioteca Nacional**. (conferência-palestra). 10ª Jornada PORBASE, 2006. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Disponível em: <http://purl.pt/6393/1/comunicacoes/manuscritos.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP/Arquivo do Estado, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

HORA, Sérgio Ricardo Almeida; SATURNINO, Luys Paullo Targino; SANTOS, Eliete Correia dos. **A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história**, 26 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-historia/33326/#ixzz47MOov5EV>.

Acesso em: 30 de abril de 2016.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles, 1939; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. Versão 1.0. CD-ROM.

IZABEL JUNIOR, Valdeci Silva. A importância histórico-social dos registros paroquiais no Brasil setecentista. **Revista Vernáculo**. Ano 1, v. 29, set. 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1982.

LYONS, Martyn. **Livro: uma história viva**. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Sesc São Paulo, 2011.

MAIA, Gil. Entrelinhas: quando o texto também é ilustração. **3º ENCONTRO Nacional [1º Internacional] de Investigadores em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração**; Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho; 13-15 de Dezembro de 2002. Disponível em:

<http://www.casadaleitura.org/portalfbeta/bo/documentos/ot_entrelinhas_a.pdf>. Acesso em: 30 de ago de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**, *Varia Historia*, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 31, jan./dez., 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996.

MILEVSKI, Robert J. **Manual de pequenos reparos em livros**. Tradução de Lygia Maria Guimarães, Angela Maria Machado Osório de Araújo; revisão técnica e final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

OLIVEIRA, Marlon Anderson. Entre a coroa e a cruz: a igreja colonial sob a égide do padroado. **Revista de Humanidades, Rio Grande do Norte**, v. 9. n. 24, Set/out. 2008, p. 1-14.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, Rubilania Pávila de Almeida. **Tipologia documental: uma análise dos arquivos eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora das Dores – João Pessoa/PB**. 72 f. 2015. TCC (Monografia) – Universidade Estadual da Paraíba, 2015. Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10008>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, gestão de documentos e informação. **R. Eletr. Bibl. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 2º sem. 2004. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2004v9nesp2p1/5486>>. Acesso em: 30 de abril de 2016.

REIS, Luís. **O arquivo e a arquivística: evolução histórica**, 2012. Disponível em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgN_sAC/arquivo-arquivistica-evolucao-historica. Acesso em: 430 de abril de 2016.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Em busca da sagrada face: a romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão – SE, **Revista Angelus Novus**, N°3, mai, 2012.

SANTOS, Melânia Lima. **Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia**. 122 f. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2015.

SANTOS, Cristian Oliveira. Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551-1854): diagnóstico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.1, p.25-44, jan-jun. 2007.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; Mahfoud, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Revista de psicologia USP**, S. Paulo, 4 (1/2), p. 285-298, 1993. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>>. Acesso em: 20 de ago de 2016.

SILVA JÚNIOR, Carlos Francisco da. Anagôs, ozos, chambás e codavis: identidades africanas na Bahia na primeira metade do século XVIII. **Anais do ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009, p. 1-8.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em salvador. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 38 - 61, jul./dez. 2009. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/2858/4146>>. Acesso em: 10 de ago de 2016.

SILVA, Andrea Costa Romão. O processo de formação das cidades históricas: o caso do centro histórico de São Cristóvão (SE). **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v.11, n. 2, 2010. p. 1-18.

SILVA, Armando Malheiros, *Et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamentos, 1998.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.